



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Rodolpho Hugo dos Santos Martins

A dinâmica das violências na construção dos gêneros “travesti” e “transexual”

Rio de Janeiro  
2016

Rodolpho Hugo dos Santos Martins

A dinâmica das violências na construção dos gêneros “travesti” e “transexual”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Kátia Sento Sé Mello

Rio de Janeiro  
2016

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| Introdução.....   | 8   |
| Capítulo I. Metodologia.....  | 10  |
| Capítulo II. O insulto moral e a violência física.....  | 277 |
| Capítulo III. O conceito de "gênero" e como as pessoas travestis e transexuais são percebidas e tratadas..... | 33  |
| Capítulo IV. O insulto moral, a falta de representatividade e a violência física.....                         | 39  |
| Considerações Finais.....   | 55  |
| Referências bibliográficas:.....  | 58  |

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer primeiramente a minha orientadora, professora Kátia Sento Sé Mello, pela oportunidade de participar de sua pesquisa. Por se tratar de uma jornada, ainda em curso, muito enriquecedora, de trocas e diálogos sobre valores acadêmicos e humanos. Muito obrigado pelos caminhos que orientou, e por todo incentivo que deu motivação nesse percurso, de treinamento do olhar, do ouvir e do escrever, através de um conjunto de aprendizados sem preço que levarei para a vida.

Agradeço igualmente a professora Joana Vargas e ao professor Michel Misse, que me receberam abertamente no Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ), onde pude participar das reuniões e trocas tão profundas sobre os mais diversos aspectos e formas de manifestação das violências. Um período de trocas com a pesquisadora Klarissa Almeida Silva Platero, o professor Alexandre Werneck, e os graduandos pesquisadores Fábio Santos, Frederico Magalhães, Gabriela Paes e Karin Vervuurt.

Aos amigos pesquisadores integrantes do Núcleo Cultura Urbana, Sociabilidades, e Identidades Social (NUSIS), Ana Carolina Lima, Camila Farias, Flávia Santana, Henrique Dantas, Lidiane Magacho, Lohrayne França, Maria Aparecida, Paula Almeida, Renata Vargas, por poder ouvir vocês, falar para você e aprender com vocês em todos os nossos encontros, nos diversos momentos formais e informais que vivemos juntos.

Aos amigos de curso Bruno Mistura, Cleide Regina, Deivid Lima, Flavia Amarante, Jordana Farias, Thais Lisboa, Thamires Oliveira, entre tantos outros, que marcaram os momentos de suspensão do cotidiano, nas risadas e nas reflexões sobre as mais diversas tensões da realidade.

Por último, agradeço a toda minha família, meus irmãos, e especialmente aos meus pais, pelo amor e carinho durante essa longa jornada, sempre apoiando minhas escolhas,

incentivando minha formação acadêmica e humana, a despeito das nossas diferenças ideológicas. É exatamente nessa troca de opiniões diferentes, que os múltiplos aspectos componentes da realidade são apresentados e debatidos, formando novas ideias sobre o que se está posto, sobre o que queremos de nós mesmos e do mundo, e é exatamente com vocês, em nosso cotidiano, que esse aprendizado começa.

Muito obrigado!

“Ninguém nasce mulher: torna-se”  
(Simone de Beauvoir)

## RESUMO

MARTINS, R. H. S. - A dinâmica das violências na construção dos gêneros “travesti” e “transexual” - Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2016

O presente trabalho busca analisar a percepção que travestis e transexuais têm das violências sofridas por elas, respondendo a pergunta, o que as pessoas travestis e transexuais entendem por violência? A pesquisa busca identificar onde e como se dão os aspectos das violências sofridas por essas pessoas travestis e transexuais, os motivos por trás desses atos de agressão, e a relevância dos mesmos na formação dessas identidades de gênero. Essa análise é realizada também com base nas opiniões de travestis e transexuais, sobre a Parada do Orgulho LGBT e a Marcha das Vadias, no Rio de Janeiro, e vêm sendo coletadas através de conversas informais, de opiniões e experiências relatadas em notícias sobre violência e outras formas de violação de direitos que tenham sofrido. Esses dados vêm permitindo compreender a multiplicidade de intenções e percepções sobre os atos de *insulto moral* e violência física, dentro das relações de violência de gênero onde o poder é articulado, assim como, compreender a existência de lacunas e proximidades produzidas pelos movimentos sociais, no tocante a representatividade dos interesses pessoais e coletivos de travestis e transexuais em sua busca por reconhecimento, participação e legitimidade.

Palavras-chave: Gênero; Insulto moral; Travesti; Transexual; Violência física

## Introdução

Este trabalho analisa as representações sociais e as percepções sobre as violências sofridas por travestis e transexuais. O que elas entendem por violência? Está inserido na pesquisa *Liberdade de orientação sexual ou combate à homofobia: paradigmas em debate na administração institucional de conflitos em processos sociais de reconhecimento*<sup>1</sup>, coordenado por minha orientadora, cujo objetivo é analisar as formas de administração institucional de conflitos voltada para os processos sociais de busca por direitos e reconhecimento de relações entre pessoas do mesmo sexo frente às instituições do Estado.

Tendo em vista as demandas dos grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) pelo reconhecimento de seus direitos, como o reconhecimento da homofobia como crime de ódio<sup>2</sup>, o reconhecimento do nome social<sup>3</sup>, a agilização do processo que permite a cirurgia de transgenitalização e maior facilidade para tratamento hormonal, a pesquisa busca identificar como são percebidas as violências, considerando onde e como se dão os aspectos das violências sofridas por travestis e transexuais, e a relevância dos mesmos na formação dessas identidades de gênero. Nesse sentido, temos observado onde essas pessoas encontram sua aceitação e/ou rejeição e como esses lugares podem convergir a partir da perspectiva que cada indivíduo travesti ou transexual tem de violência.

---

<sup>1</sup> Este projeto é desenvolvido no âmbito da ESS/UFRJ e do INCT-InEAC-NEPEAC/UFF.

<sup>2</sup> Conhecido como “lei anti-homofobia”, o Projeto de Lei da Câmara n.º 122/06 que visa criminalizar a discriminação motivada unicamente na orientação sexual ou na identidade de gênero da pessoa discriminada.

<sup>3</sup> Projeto denominado Lei João W. Nery, o PL 5002/2013 dispõe sobre o direito à identidade de gênero e visa alterar o art. 58 da Lei n.º 6.015 de 31 de dezembro de 1973, para possibilitar a mudança do prenome “nos casos de discordância com a identidade de gênero auto-percebida, para os quais se aplicará a lei de identidade de gênero”.

A pesquisa é realizada com base nas opiniões de travestis e transexuais, sobre a Parada do Orgulho LGBT, organizada pelo Grupo Arco-Íris<sup>4</sup>, e realizada no Rio de Janeiro, que se posiciona publicamente com a missão de “promover qualidade de vida, direitos humanos e cidadania ao público de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT”<sup>5</sup>. Essas percepções vêm sendo coletadas através de conversa informais, de opiniões e experiências relatadas em notícias de jornais e redes sociais sobre violência e outras formas de violação de direitos que tenham sofrido.

O trabalho vem sendo realizado e desenvolvido a partir da observação e participação nos eventos e grupos *online* direcionados a debates e reflexões sobre disputas e avanços no campo de direitos LGBT, assim como pela análise de três conversas realizadas com pessoas que se identificam como transexuais.

---

<sup>4</sup> O grupo, cuja fundação data de 21 de maio de 1993, publicou em rede social no dia 25 de maio de 2015 que fechará as portas em função das falta de repasse de verba pública.  
<https://www.facebook.com/ParadaDoOrgulhoLgbtDoRioDeJaneiro/posts/761279820655021?fref=nf>

<sup>5</sup> <http://www.arco-iris.org.br/o-grupo/>

## Capítulo I. Metodologia

As discussões acerca do presente trabalho se iniciaram com a minha inserção no grupo de pesquisa coordenado por minha orientadora, onde demonstrei o interesse na temática da violência contra pessoas homossexuais em geral, em função da minha própria vivência com gays e lésbicas nos espaços de socialização, e o estreitamento de laços e maior convivência e amizade a partir da época do ensino médio.

A partir das reuniões de orientação acompanhando debates com graduandos, mestrandos, doutorandos e professores convidados, fomos sendo orientados e debatendo as pesquisas bibliográficas que nos mostravam a importância do registro escrito em caderno de campo, da importância de se exercitar diversas formas de olhar e ouvir situações que corriqueiramente passariam despercebidas. Assim, ouvindo, observando e dialogando, optou-se por um objeto de estudo mais estreito, mais focado, menos amplo, mas não por isso menos diverso, ou menos multifacetado, onde foi percebida a riqueza que poderia haver nos discursos sobre as diversas formas de violências que pessoas travestis e transexuais sofrem. Durante as reuniões de orientação, optamos também por manter os nomes das pessoas públicas e, quando não for o caso, optamos por trocar os nomes, com o objetivo de manter a privacidade das pessoas interlocutoras.

Com base na reflexão acima (sobre o campo e o estranhamento) e continuando com os debates metodológicos e bibliográficos, e agora com um objeto de pesquisa melhor definido, seguiu-se outra etapa que se mostrou também desafiadora. A entrada em campo, que se deu através da busca por eventos na temática LGBT, como festas, seminários, debates e a mundialmente famosa Parada do Orgulho LGBT da cidade do Rio de Janeiro. Eventos esses que me proporcionaram uma maior inserção nos espaços dessa cidade que me é tão familiar, pois desde a adolescência que circulo pela mesma, permitindo, portanto, o exercício proposto

por Gilberto Velho (1987) de “transformar o familiar em exótico”, ao exercitar um olhar mais atento sobre essa cidade, que se mostrou não tão conhecida quanto pressupunha, ademais já alertados por Velho (1987) quando nos disse que “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido”, pois os eventos e as pessoas que surgiam desvelavam diversos espaços antes ocultos ao pesquisador.

Esse exercício me fez pensar a viagem de Rilke para dentro de si mesmo, para a sua “grandiosa solidão”, onde suas recordações o tornavam ele mesmo, constituindo-o, e traduziam a inspiração artística em palavra ou verso (CORAZZA, 2014), que é como a viagem do próprio pesquisador que vai tanto para dentro de si como para o alto, em busca do que lhe é familiar, e essa viagem:

“é como a [viagem] do xamã: um movimento drástico onde, paradoxalmente, não se sai do lugar. E, de fato, as viagens xamanísticas são viagens verticais (para dentro ou para cima) muito mais do que horizontais, como acontece na viagem clássica dos heróis homéricos”. (Da Matta, 1978)

Essa entrada em campo, com caderno de campo e canetas na mão, que teve início no ano de 2013, me levou a diversos lugares do Rio de Janeiro, como a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em seu 1º Seminário de Direito Homoafetivo; ao Auditório do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para a 2ª Jornada Ambiente Saudável é Ambiente sem Homofobia; ao Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para acompanhar o seminário Gênero e Diversidade na Escola (GDE) + 5 – Processos, Resultados, Impactos e Projeções; ao Auditório Nelson Ribeiro Alves da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) para acompanhar a palestra “O Conselho Nacional de Justiça e o Casamento Homoafetivo: avanço ou retrocesso?”; a Praça da Cinelândia para acompanhar uma manifestação realizada pelo grupo Mães Pela Igualdade; a sede do Grupo Pela Vida para acompanhar o debate do grupo Transrevolução; e a sede do Grupo Arco-Íris para a capacitação de voluntários para a 18ª Parada do Orgulho LGBT e consequentemente ao Posto 6 da Praia de Copacabana, onde o evento foi realizado, tendo

comparecido em 2013 como voluntário, e depois em 2014 sem vínculos, para a 19ª Parada do Orgulho LGBT.

A busca de dados em campo, no entanto, não tratou apenas de sair de casa e me inserir em outros espaços, tratou, também, de uma nova etapa de negociação e adaptação de todas as minhas atividades acadêmicas, como, por exemplo, conseguir conciliar a presença nos eventos de meu interesse em função da pesquisa com as minhas aulas noturnas, principalmente às sextas-feiras, dia de muitos eventos LGBT, com o meu período obrigatório de estágio em Serviço Social, que também requisitava meu deslocamento pela cidade para outras instituições e eventos, muitas vezes concomitantes, que me colocavam o dilema sobre qual evento abrir mão da presença.

Uma busca de dados orientada pela interlocução entre Antropologia e Serviço Social, que para Myriam Moraes Lins de Barros (2004), é realizada pelo novo currículo do curso de Serviço Social como "uma tentativa de criar diálogos mais produtivos do serviço social com as ciências sociais", por tratar de temas como, cidade, infância, juventude, velhice, família, desvio social, estigma, drogas, aborto, religião, etc, que acabam aparecendo também em outras disciplinas, como Identidades Culturais, Direitos humanos, Pesquisa Social, Questão de Gênero, entre outras, para além das "perspectivas de totalizações" como classe, Estado, partidos políticos, movimentos sociais, etc, que aparecem nas disciplinas que abordam os "procedimentos técnicos da profissão".

Andrea Moraes Alves e Myriam Moraes Lins de Barros (2008) sinalizam que o objetivo dessa interlocução não seria a mera imersão do Serviço Social na literatura antropológica, mas um diálogo com o exercício relativizador utilizado pela Antropologia, que pode nos auxiliar na compreensão de "alteridade" e de "objeto" presentes no entendimento das "desigualdades", que o Serviço Social tanto debate, ao nos colocar a noção de "diferença", e assim dar um novo olhar para as questões mais familiares do Serviço Social, entendendo que:

Colocar em questão o familiar da profissão é parte deste caminho de compreensão das diferenças múltiplas e contextualizadas, diferenças culturais apreendidas por um processo de conhecimento que pretende compreender os modos de pensar e agir do grupo social, sem se confundir com ele. (Alves e Lins de Barros, 2008, p.9-10)

Já em um dos primeiros eventos em que iniciei o trabalho campo, a 2ª Jornada Ambiente Saudável é Ambiente sem Homofobia, realizado no Auditório do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), onde fui com minha colega de pesquisa Ana Carolina, tive a minha entrada impedida na recepção, pois no primeiro dia do evento, eu fui para esse órgão público de bermuda. Por mais que eu já estivesse acostumado a frequentar órgãos públicos, imaginei que para a presença no seminário não seria exigido esse tipo de formalidade, mas me enganei, e a minha participação no evento ficou para o dia seguinte.

No dia seguinte, adequadamente vestido para os padrões exigidos em uma repartição pública, dessa vez trajando calça jeans, consegui acessar a instituição e o evento. O Auditório do Inea fica na Avenida Venezuela, 110, 6º andar no centro do Rio de Janeiro. Na recepção, localizada à esquerda da porta de entrada, a recepcionista perguntou para onde eu iria e pediu minha identidade. Informei que iria ao seminário e lhe entreguei minha identidade, e a mesma me orientou que seguisse em frente, para o segundo elevador, após uma porta de vidro, pois o primeiro elevador teria um fluxo maior de funcionários, podendo demorar mais, e que virasse a esquerda no sexto andar. Segui em frente pelo corredor, passei pelo primeiro elevador e um pequeno saguão à esquerda, subi algumas escadas e após a porta de vidro encontrei o segundo elevador. Chegando ao sexto andar saí do elevador em outro corredor, mais estreito, e virei à esquerda, fazendo várias curvas para esquerda e direita, passando por várias portas fechadas até que saí em mais um saguão, onde havia um bebedouro na parede a minha direita. À minha esquerda havia o primeiro elevador pelo qual passei no primeiro andar e a porta para o auditório, e a minha direita, uma divisória de vidro com porta de correr que dava acesso a um terraço com vista para a Praça Mauá.

Toda esta dinâmica de percorrer esse espaço remeteu ao trabalho de Ana Carolina Lima dos Santos (2014), onde ao buscar as Varas de Órfãos e Sucessões da Cidade do Rio de Janeiro e a Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, fala sobre a "dificuldade de acesso ao mundo jurídico", pois também percorreu diversos espaços encontrando obstáculos, como horário e localização, não somente das salas, mas também dos órgãos procurados, como se tivéssemos que passar por uma arquitetura em formato de labirinto para ter acesso aos espaços públicos de demandas por direitos. De certa forma, isto nos remete à *tradição inquisitorial* como modelo de ordenamento e controle social no Brasil, sobre a qual nos fala Kant de Lima (2004). Segundo esta tradição, as informações não estão disponíveis a todos de forma igualitária, mas mantidas em segredo até que, quando quaisquer ações são realizadas e especificamente demandas são acionadas, o Estado, maior detentor formal de informações legais, discipline, ou melhor, regule os direitos demandados.

Logo na entrada do auditório havia uma mesa para assinar a presença, no evento. É um auditório espaçoso, com ar-condicionado, mesa de som, havia equipe de filmagem no local, cadeiras acolchoadas individuais para os ouvintes, distribuídas a esquerda e a direita de um corredor de acesso ao tablado dos palestrantes. Nesse tablado, os palestrantes se sentavam atrás de duas mesas de madeira unidas, e havia atrás deles, a esquerda de quem olha, um telão onde os convidados podiam projetar e apresentar seus trabalhos, e do meio para a direita um painel com símbolos do governo do estado do Rio de Janeiro, tais como da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e do Estado do Rio de Janeiro, reforçando o caráter oficial do evento.

Um dos relatos que mais me chamou atenção foi o de Bárbara Aires<sup>6</sup>, ao falar sobre como percebia a violência no seu dia-a-dia enquanto uma mulher transexual. Ela pediu licença dentro do evento para iniciar uma dinâmica com algum voluntário, todas as pessoas

---

<sup>6</sup> Bárbara Aires é uma mulher transexual, militante, Estudante de Jornalismo, Produtora e Atriz.

presentes responderam de modo positivo, e então ela pergunta por um voluntário, heterossexual, e várias pessoas levantam a mão, inclusive eu. Ela então se dirige à pessoa mais próxima dela que é o operador de câmera, e pergunta se poderia lhe fazer algumas perguntas, e o mesmo concorda. Ela, então, pergunta a orientação sexual do mesmo, que se declara heterossexual, e em seguida pergunta como se deu esse desejo, essa atração sexual por pessoas do sexo oposto, e com que idade. O operador de câmera diz que foi quando muito pequeno, por volta dos cinco ou seis anos. Ela então, lhe pergunta se isto foi ensinado a ele, ao que ele responde que não, que foi algo natural, que passou a sentir a atração de um modo natural, ou seja, não foi algo que lhe foi ensinado. É exatamente este o ponto a partir do qual ela inicia sua abordagem, de que o desejo sexual e a orientação sexual não são apenas coisas socialmente inculcadas em cada um de nós, pois cada um de nós vai individualmente desenvolvendo essa atração sexual e conseqüentemente a orientação sexual. Segundo Bárbara, ela passou por esse processo da mesma forma, desde quando era pequena, e enquanto mulher transexual ela é heterossexual, ela gosta de se relacionar com homens heterossexuais que gostam de mulheres. Esse debate sobre identidade de gênero e orientação sexual, será exposto posteriormente, em outro capítulo. Segundo Bárbara Aires:

É incrível o quão as pessoas não sabem nem a diferença de gay e trans, montadas e trans. A começar pela palavra escolhida para definir sexualidade, orientação? Eu fui orientada a ser homem macho hétero pegador... Sou uma mulher trans hétero que gosta de homem. Só o hétero se salvou no que meus pais me orientaram, mas ao avesso... Eu gosto da palavra condição, aceitaria no máximo inclinação, pois denota mais naturalidade ao ser do que orientação.

Bárbara aborda essa questão da sexualidade e de gênero primeiro, para depois entrar no debate sobre as violências do dia-a-dia, ou seja, comportamentos de pessoas cisgênero<sup>7</sup> que

---

<sup>7</sup> O termo cisgênero apareceu por volta do ano 2000, como resposta ao uso do termo transgênero, pois a definição do outro como transgênero ou transexual não era acompanhada de um posicionamento grupal frente a essa construção social chamada “gênero”, ou seja, as pessoas não-transexuais não percebiam que também tinham identidade de gênero; e que detinham privilégios em função disso. Constatou-se que era politicamente necessário, para a humanização das pessoas transexuais e para a aproximação das pessoas não-transexuais com os debates em pauta, que estas pudessem ser nomeadas positivamente (isto é, que se vissem além de um “não”). “Trans” significa além. Logo, sabendo-se que o seu antônimo “Cis” significa “deste lado”, criou-se, por

ela entende como violências psicológicas sobre pessoas transexuais que exercem influência negativa em suas vidas, como:

Às vezes me pego pensando no peso de ser trans, em tudo que perdemos ou não somos aptas apenas por sermos trans... Servimos para sexo casual escondido, olha é nosso segredo hein, seja discreta, gosto de sigilo... Então do nada esse mesmo cara que te pediu discrição começa a te esfregar na cara a nova namorada que ele faz questão de escancarar. Servimos pra ser a colega de trabalho, mas só no ambiente de trabalho. Os colegas combinam saídas na sua frente, se chamam pra almoçar, se oferecem carona, marcam festas e churrascos nas casas uns dos outros, postam as fotos dos diversos encontros fora do trabalho e nem por educação lembram que você está ali ao lado ouvindo tudo. Servimos para dar dicas de moda, fazer o cabelo de outras mulheres, ser a cliente especial na loja que ela trabalha, mas não servimos para ser a colega que vai junto ao cinema, balada, festinha em casa. Óbvio que existem exceções, situações pontuais, mas não podemos explicar a regra pela exceção e nem transformar uma situação em exemplo de vida. São tantas coisas que acontecem a nossa volta e que não temos direito de participar e as pessoas nem se dão conta do quanto isso machuca, diminui e agride a gente.<sup>8</sup>

O relato de Bárbara é tocante, pois revela diversas questões como gênero, sexualidade, questões sobre o lugar que é atribuído à mulher transexual na sociedade, seja nos relacionamentos amorosos ou de trabalho, e principalmente, como ela, enquanto mulher transexual, percebe esses movimentos e esses lugares nos quais tentam colocá-la. Uma explanação breve, porém carregada de muitas emoções e sentimentos sobre como é vista, tratada e sobre como se sente diante dessas dinâmicas interpessoais.

A riqueza das informações encontradas nesse evento fez crescer a expectativa sobre eventos futuros, sobre a possibilidade de sempre encontrar pessoas travestis e transexuais nos eventos LGBT, e mais, encontrar pessoas tão dispostas a falarem sobre si mesmas, ou

---

contraposição, a palavra “cisgênero”, aplicada às pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi imposto socialmente. Em: <http://blogueirasfeministas.com/2015/01/a-verdade-cisgenero/>

<sup>8</sup> Essas falas de Bárbara Aires foram pronunciadas no eventos, porém foram retiradas de uma entrevista que cedeu a Revista S!, publicada em 3 de setembro de 2013 em: [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=526667860751733&id=139466552805201&substory\\_index=0](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=526667860751733&id=139466552805201&substory_index=0)

dispostas a falar sobre suas concepções de gênero, sobre o que entendem e como percebem a violência. Entretanto, a maior inserção e frequência nos eventos LGBT mostrou tratar-se de um campo bem heterogêneo.

Ao saber por uma amiga da possibilidade de participar como voluntário na Parada do Orgulho LGBT no ano de 2013, percebi que esse poderia ser um espaço onde encontraria pessoas travestis e transexuais e poderia ouvir diretamente delas seus relatos sobre vivências e conceitos. A inscrição ocorria na Rua Tenente Possolo, número 43, sede do Grupo Arco-Íris. O espaço fica localizado em um sobrado próximo a esquina com a Avenida Mem de Sá, onde no primeiro andar hoje possui uma loja de conserto de automóveis, e a porta de entrada para o sobrado. Cheguei ao local num dia de semana à tarde, toquei o interfone e fui convidado a subir. Ao passar pela porta entrei em uma pequena sala com uma escada de madeira e pouco espaço de circulação além do necessário para acessar a escada. Já no segundo andar virei à direita e me deparei com uma parede com uma porta. Na parede havia cartazes informativos e camisinhas para distribuição. A porta estava aberta, mostrando parte do espaço da sede. Avancei para o espaço seguinte e entrei numa sala com janelas abertas para a rua a minha esquerda, duas portas a minha frente, e a secretaria com divisórias de vidro a minha direita, formando um corredor entre a secretaria e as duas portas. A sala estava vazia, havendo pessoas apenas na secretaria, para onde me dirigi e fui recebido pela Lilian Mota, que se apresentou como secretária administrativa do grupo, me apresentei e falei sobre o meu interesse em participar como voluntário na 18ª Parada do Orgulho LGBT, e Lilian falou brevemente sobre o intuito da formação, a previsão das datas, sobre o formulário para se voluntariar, que poderia ser preenchido adiante durante os encontros de formação. Entretanto, optei por preencher o formulário no dia, deixando para depois apenas a entrega da foto. Quando fui ao banheiro, notei que o espaço da sede era ainda maior, pois seguindo o corredor,

que terminava em uma cozinha a frente e com o banheiro ao lado esquerdo, passei por algumas portas de ambos os lados.

A formação dos voluntários aconteceu ao longo de quatro encontros, realizados desde o final de agosto até o começo de outubro, na primeira sala da sede, em uma dinâmica recorrente aonde voluntários da Parada e funcionários do Grupo Arco-Íris chegavam, se acomodavam nas cadeiras em círculo, se apresentavam dizendo nome, identidade de gênero, orientação sexual, se já haviam participado como voluntários alguma vez no passado e o porquê de estarem se voluntariando para a Parada nesse ano. Os dois primeiros encontros não foram demorados, tendo sido dedicado mais tempo às apresentações e preenchimento do formulário de inscrição do que passando informação sobre o que poderia ser feito e como. Aliás, a maior parte do que foi falado no âmbito da formação foi transmitido a partir dos relatos de voluntários das edições anteriores.

No terceiro encontro, mantendo a dinâmica dos anteriores, algumas pessoas se queixaram em voz baixa sobre a repetição do padrão, a necessidade de sempre se apresentar, em função de sempre haver novas pessoas, e a pouca informação sobre o evento em si. O que mais se falava, era sobre a possibilidade de se voluntariar para a distribuição dos *kits* com preservativo, onde alguns funcionários pontuavam que não se tratava da mera distribuição dos mesmos, mas sim um trabalho de conscientização das pessoas, pois deveríamos entregar o kit e falar sobre o seu conteúdo, em função do que estava sendo distribuído. Discurso negado por voluntários de edições anteriores, que diziam que a dinâmica da distribuição não permitia esse trabalho mais atento, como será demonstrado a diante.

O quarto e último encontro de formação dos voluntários da 18ª Parada do Orgulho LGBT teve início com a mesma dinâmica dos anteriores, mas com um diferencial visivelmente marcante, a quantidade e a diversidade de pessoas. Ao longo da última noite de formação pareceu que o triplo de pessoas presentes nas formações anteriores passou pela sede

do Grupo Arco-Íris, retomando e revalidando a necessidade das apresentações, mas dessa vez com menos detalhes.

Essa foi a formação mais longa e mais densa de informações, trazendo o lema da Parada, “Somos Milhões de Vozes” como um chamado e um alerta do poder político da população LGBT tanto na capacidade de falar e dar sua opinião, como na capacidade de eleger representantes de seu interesse, que poderão levar suas vozes às diversas camadas do legislativo, principalmente. Foram passados *slides* com informações sobre a organização e estruturação da Parada, onde descobri, e com grande surpresa, que o evento não se tratava apenas de uma festa. O evento, organizado pelo Grupo Arco-Íris, que eu estava familiarizado como tendo início à tarde, já com os carros de som tocando as músicas altas e dançantes, que tocam nas boates, na verdade tinha início às 9h da manhã, com a prestação de serviços de cidadania e saúde através de ações: de massoterapia; de conscientização sobre o uso de camisinha; de orientações jurídicas sobre casamento homoafetivo e segunda via de identidade; bem como a distribuição de diversos tipos de *kits* podendo conter preservativos, lubrificantes e material informativo sobre violências. Já no período da tarde, ocorre a concentração para a festa, a partir das 13 horas, onde diversos representantes personalidades LGBT e simpatizantes são chamados ao carro de som para discursarem palavras de ordem política, trazendo à tona questões, dando início a festa que se desloca do posto 5 da Praia de Copacabana, percorrendo a Avenida Atlântica acompanhada de trios elétricos temáticos até a transversal Rua Rodolpho Dantas, na altura do Hotel Copacabana Palace, onde ocorre a dispersão dos trios elétricos.

Voltando a formação, outros *slides* mostraram fotos das duas últimas edições do evento e suas respectivas formações de voluntários, onde reconheci algumas pessoas amigas nas fotos, bem como fotos da formação de voluntários da própria 18ª edição. Falou-se sobre a alocação dos voluntários em seus postos de atuação, sobre a festa de abertura da Parada, sobre

o quantitativo de Policiais Militares já estar fechado (sem detalharem números), sobre a presença de aproximadamente trezentos Guardas Municipais, dicas de transporte e segurança. Em caso de perda ou roubo de documentos o registro poderá ser feito posteriormente em qualquer delegacia perto de casa, sem a necessidade de que a pessoa vá até a delegacia de Copacabana no momento do evento.

Segundo a vice-presidente da instituição, Marcelle Esteves, as camisinhas chegariam na quarta-feira seguinte para a montagem dos *kits*, e Julio Moreira, diretor sociocultural convida aqueles que se dispuserem para ajudar na montagem dos *kits*. Posteriormente, durante a montagem dos *kits*, vi que os mesmos vinham com quatro panfleto informativos, um deles falando sobre higienização genital como forma de prevenção de contágio de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e sobre o uso da "sainha"<sup>9</sup> como protetor para sexo oral entre parceiras do sexo feminino, outro falando sobre o uso da camisinha masculina, o terceiro falando sobre a Tuberculose e o último estimulando o uso da camisinha e vacinação contra a Hepatite B, esse último contendo quatro camisinhas masculinas. Infelizmente, o grupo não conseguiu parceria para disponibilizar diretamente camisinhas femininas ou a "sainha", em seus *kits*.

Os voluntários então foram distribuídos de acordo com seus interesses em três grupos de atuação: o grupo da prevenção, com o compromisso de chegar mais cedo, às 9h, para distribuir os *kits* e informar sobre o conteúdo dos mesmos, bem como para sanar dúvidas de pessoas que não soubessem de que se tratava o evento; o grupo responsável pela logística, que deveria chegar nesse mesmo horário, composto pelos funcionários do Grupo Arco-Íris, esses que chegariam ainda antes das 9h, e por voluntários que já estiveram presentes em edições anteriores do evento, por se tratar de uma série de atividades mais relacionadas à organização

---

<sup>9</sup> A "sainha" é um preservativo de látex, utilizado para proteger da transmissão e contágio de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's) durante as relações de sexo oral.

do evento como a coordenação, a assessoria, o credenciamento dos voluntários, a organização do bandeirão, parar o som e fornecer lanche; e o grupo dos trios-elétricos.

Nesse último grupo, previsto para estar às 13h na tenda de alimentação acompanhando o carro do trio-elétrico até a dispersão, pois como destacado por Francine Pereira, assistente de projetos do Grupo Arco-Íris, “as funções são muitas e o quantitativo de voluntários é pequeno”, os voluntários foram distribuídos entre três funções por cada trio-elétrico: uma pessoa com uma placa para orientar o motorista do trio-elétrico para parar ou seguir e que deveria recolher a corda de contenção em volta do trio-elétrico no momento da dispersão e entregá-la para o pessoal da logística; uma pessoa em cima do trio-elétrico e outra na porta de entrada, que poderiam revezar entre si, exclusivamente no carro em que estivessem. A pessoa no trio-elétrico deveria pedir para não ter “nudez ou peito de fora, porque é isso o que aparece nos jornais”, e a pessoa da porta deveria conferir a cor da pulseira, se respectiva ao trio-elétrico, não permitir a subida de pessoas com garrafas de vidro, conferir a identidade e não permitir a entrada de menores, nem a entrada de familiares do motorista.

No dia 12 de outubro de 2013, dia em que são celebrados o Dia da Criança e o dia de Nossa Senhora Aparecida, o posto 6 da Praia de Copacabana recebeu a 18ª Parada do Orgulho LGBT.

Cheguei por volta das 9h da manhã na tenda do Grupo Arco-Íris, onde encontrei outros voluntários e recebemos a camiseta do evento, um crachá de identificação e os *kits*, anteriormente descritos, em grandes sacolas pretas prontos para a distribuição. Todos os voluntários pegaram um desses sacos e se espalharam para distribuí-los. Eu me posicionei próximo à ciclovia, no calçadão, onde muitas pessoas passavam em diversas atividades, alguns correndo, caminhando, andando de skate, admirando a paisagem, indo e vindo do mar, observando o início do evento que estava por vir, e então comecei a distribuir os *kits*, e confirmei o que alguns voluntários haviam dito durante as formações, que não é muito viável

explicar o conteúdo dos *kits*, pois o ritmo de passada das pessoas era muito frequente e nos breves olhares que eu recebia de quem eu entregava os *kits* eu só conseguia me limitar a dizer “camisinha e informações sobre DST”, o que durante todo o tempo que eu fiquei ali me proporcionou perceber diversas reações. A maioria pegava da minha mão e agradecia, aceitando o kit, desde adolescentes, casais, famílias, pessoas idosas, mas duas situações me chamaram muita atenção. Na primeira, um homem de sotaque castelhano que disse que não queria, pois, segundo o próprio, era “muito picudo” para aquelas camisinhas, e na outra, um homem que ficou sem graça e se recusou, muito desconcertado, apontando para a mulher que estava de mãos dadas e dizendo “pô cara, tô com a minha mulher aqui”, o que me trouxe mais dúvidas sobre sua atitude do que esclarecimento, afinal de contas, qual seria o problema em receber o kit estando de mãos dadas com a esposa? Caso estivesse desacompanhado, será que aceitaria? Quais seriam os impedimentos de se receber um kit como esse sendo casado?

Paramos a distribuição por volta das 14h, quando o posto 6 já estava tomado de pessoas e a maioria recebido os *kits* e se recusava a pegar outros. Nesse horário os trios-elétricos já estavam todos posicionados, alguns tocando música. Foi dado início ao evento com diversas personalidades artísticas e políticas subindo no primeiro trio-elétrico para se manifestarem.

Quando consegui chegar perto o suficiente do primeiro carro, ouvi alguém afirmar que *LGBTs morrem todos os dias por falta de lei, por falta de punição*, e que ali era um *momento de festa e de protesto* e que, portanto, era um momento de *fazer os políticos colocarem a temática LGBT na agenda política*. Já mais próximo, conseguia ouvir os nomes das pessoas, e ouvi Jandira Feghali, que é médica, sindicalista e deputada federal do Rio de Janeiro pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), se pronunciar em *defesa da liberdade religiosa, mas não a influência fundamentalista, e à favor da união civil*, destacando *a Parada como elemento político importante na conquista de direitos*; Luciana Barone, do Departamento de

DST-AIDS do Ministério da Saúde, afirmou que *enquanto houver homofobia, o beijo será um ato político*; Pedro Domingues, Coordenador Geral de Programas e Projetos Culturais da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, chamou atenção para as mudanças do corpo ao ressaltar *na estética do corpo a manifestação do direito* como em Mello (2010 e 2011), onde os relatos dos camelôs sobre o sofrimento de seus corpos se expressavam "não como uma emoção individual e espontânea, mas como uma construção social que é operada como estratégia para o acesso a direitos"; David Brasil mandou beijos para todos; Bruno Monteiro, representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, declarou que *não há lugar para a intolerância*, e que *o governo federal apoia a criminalização da homofobia* ressaltando o desejo por uma *sociedade livre de preconceitos*; Carlos Tufvesson, estilista brasileiro, filho da também estilista Glorinha Pires Rebelo, apontou um aumento de 46% nos índices de violência contra LGBTs, demandando *tolerância zero contra toda forma de preconceito*, afirmou desejar que a população LGBT possa usufruir *os mesmos direitos e os mesmos deveres*, lembrando o casamento de Daniela Mercury<sup>10</sup>; Claudio Nascimento, Coordenador do Programa Rio Sem Homofobia, destacou que *foram implantadas leis que defendem os LGBTs a nível de governo estadual* no Rio de Janeiro, e que ia ser colocado em votação *o novo projeto de lei que penaliza a discriminação*, e apontou *o Rio de Janeiro na vanguarda no Brasil na luta pelos direitos*; Zaqueu Teixeira, secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, reafirmou, *o Rio de Janeiro na vanguarda pelo reconhecimento de direitos civis e garantia de liberdade* e deu ênfase na necessidade de *colocar a paz no mais alto patamar desse estado*; Carlos Minc, deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), afirmou que *toda forma de amor vale à pena e não pode ser criminalizada*, enfatizando a importância dos movimentos sociais e protestos ao declarar que *nós fizemos esses direitos no estado com a força das ruas*, criticou o discurso de ódio

---

<sup>10</sup> Nome artístico de Daniela Mercuri de Almeida, reconhecida como cantora e compositora, que se casou em 2013 com Malu Verçosa Mercury em 2013.

propagado por pastores ao dizer que *todos os deuses são generosos, esses pastores usam o nome de Deus para criminalizar a homossexualidade*, afirmou a necessidade do convívio em respeito à *biodiversidade sexual e cultural*, e lembrou que *muitos aqui não são LGBT, mas lutam por um Rio de Janeiro mais livre*; Marcelle Esteves, vice-presidente do Grupo Arco-Íris, reafirmou o *mote* da Parada com a palavra de ordem *somos milhões de vozes contra a homofobia*, porém Júlio Moreira, diretor sociocultural do Grupo Arco-Íris, foi mais objetivo e afirmou que *a Parada é um ato político, tem que ter debate* e expôs o título implícito da Parada ao dizer que *somos milhões de votos, e temos que votar em políticos comprometidos*.

Daí em diante a Parada do Orgulho LGBT continuou em formato de uma enorme festa, ocupando todas as faixas da Avenida Atlântica com uma multiplicidade de cores, sons, idades, trajés, performances, com atores sociais dos mais diversos papéis, como policiais militares, guardas municipais, vendedores ambulantes, jornalistas, políticos, pesquisadores, religiosos de diversos credos, e claro, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, drag queens, montadas<sup>11</sup>, ou seja, diversos corpos e performances saindo de suas casas, de seus armários, para se manifestarem no espaço público através de suas roupas, suas danças, suas caras e bocas, copo de bebida em um das mãos, beijos, abraços, cigarro entre os dedos da outra mão, correndo, andando, pulando, festejando, a possibilidade de exercer em público, segundo eles, os seres que são, livremente, com pausas nas músicas, repentinas, para mais uma palavra de ordem que relembresse o caráter político de todos aqueles atos. “Somos um milhão de vozes” estampava camisas, trios-elétricos, ecoava pelas ruas de Copacabana em um desejo político por mudança, por melhora, como um convite ao bom entendedor que mesmo sem ouvir poderia ser remetido ao referido subtítulo “somos milhões de votos”, ressaltando sempre o caráter político do evento.

---

<sup>11</sup> Pessoas que se maquam, se vestem e se produzem para passar uma ideia de estética. Pode ser a mulher que se veste de homem, e portanto se monta, ou a travesti que ao acordar precisa re-produzir a sua estética feminina.

Entretanto, onde estariam as pessoas que eu procurava ouvir? Onde estariam as pessoas travestis e transexuais representadas naquele evento? Será que alguma delas falou ao microfone, mas eu não ouvi, ou não entendi que não se tratava de uma pessoa cisgênero? Havia muitas pessoas em cima dos trios-elétricos, conseguia reconhecer algumas, inclusive pessoas travestis e transexuais, mas, será que a presença dessas pessoas ali satisfaria o desejo de representatividade daquelas que não estavam ali? E as pessoas travestis e transexuais que desejam se sentir representadas, por que não estariam ali? Muitas questões que não poderiam ser respondidas apenas durante a observação de um evento, ainda mais sendo questões referentes a opiniões pessoais.

A intenção em participar de eventos na temática LGBT era a de poder ouvir e registrar as falas e opiniões dos mais diversos atores sociais a respeito da violência contra pessoas travestis e transexuais, principalmente a opinião e os relatos dessas próprias pessoas, ou seja, um trajeto que iniciei como ouvinte, onde senti a vontade e fui orientado a me envolver mais e participar como podia na execução de um evento, especificamente a Parada do Orgulho LGBT, me possibilitando assim ter contato com o discurso e a prática da formação dos voluntários, bem como os discursos durante o próprio evento, onde pude ver cartazes de pessoas que satirizavam os pastores Silas Malafaia<sup>12</sup> e Levy Fidelix<sup>13</sup>, palavras de ordem como "Fora Feliciano"<sup>14</sup>. Em contrapartida, havia também a presença de evangélicos em apoio a Parada, com cartazes *Jesus está de braços abertos para você e nós também, Nos*

---

<sup>12</sup> Pastor pentecostal, líder do ministério Vitória em Cristo, ligado à Assembleia de Deus; televangelista, graduado em psicologia; presidente da editora Central Gospel; vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB); Malafaia é bastante conhecido por sua atuação política, crítica a temas como direitos dos homossexuais e direito ao aborto, bem como por defender a chamada teologia da prosperidade.

<sup>13</sup> Político brasileiro e fundador do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

<sup>14</sup> Pastor da Catedral do Avivamento, ligada à Assembleia de Deus, e deputado federal brasileiro. Eleito pelo Partido Social Cristão (PSC) em 2010; Foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados do Brasil, cargo que exerceu durante o ano de 2013, o que gerou controvérsia pelas diversas declarações polêmicas de Feliciano, principalmente em relação a temas como direitos dos homossexuais e direito ao aborto.

*desculpem pela forma como a igreja tem tratado vocês! Jesus ama a todos.* Muitos cartazes pedindo "paz", "segurança", "liberdade", e diversos *motes* nos trios-elétricos, como *Lésbicas e mulheres bissexuais: queremos visibilidade e respeito* e o lema que unificou a Parada "Somos Milhões de Vozes".

Essa participação, exercitando um olhar mais atento, me permitiu entender a necessidade de um contato individual mais próximo com as pessoas que gostaria de ouvir de fato, culminando com o entendimento da necessidade de maior aprofundamento e proximidade com as pessoas travestis e transexuais, buscando seus espaços de sociabilidade, seus espaços de debate político, ficando cada vez mais clara a necessidade da realização de conversas individuais e da inserção em espaços virtuais, como os grupos de debate do *Facebook*<sup>15</sup>, para coleta de dados específicos.

Os trabalhos de campo e a participação em eventos continuaram, entretanto, com maior foco naqueles mais explícitos sobre a participação das pessoas travestis e transexuais, pleiteando a participação, mesmo como “ouvinte” em grupos fechados das redes sociais virtuais, em uma abordagem próxima a de Gomes (2007), ao pesquisar *fanslides*, *blogs* e fóruns de discussão sobre “o consumo da experiência na mídia contemporânea”, coletando as informações e opiniões disponíveis nos mesmos, que nos demonstrou como esse mundo de debates e trocas "virtuais" pode ser tratado como um campo de obtenção de dados, inclusive, por escrito, trazendo multiplicidade de informações sobre esse ou aquele tema, de forma válida para o mundo acadêmico e as pesquisas de produção de conhecimento.

---

<sup>15</sup> Rede social virtual inaugurada em 2004, por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, estudantes da Universidade Harvard.

## Capítulo II. O insulto moral e a violência física

Pesquisar o que travestis e transexuais percebem como violência suscita indagações básicas sobre sexo, sexualidade, gênero, violência, agressão, prostituição, drogas, AIDS, silicone, corpos, performances, ou seja, diversos eteceteras gestados em notícias de jornais, conversas informais com amigos, provocações exercitadas nas aulas da graduação, enfim, um mundo de possibilidades a ser buscado sobre esses atores sociais, em seus múltiplos estereótipos e experiências.

Para abordarmos a categoria e a experiência “violência”, se faz necessário compreender os usos dessa palavra na nossa sociedade, desde seus usos formais aos coloquiais, assim como as apropriações acadêmicas realizadas em estudos que abordam a temática, observando como aparecem e como são apropriados pelos diversos atores sociais.

Uma das fontes de conhecimento sobre o uso de palavras formais e coloquiais é o dicionário impresso (FERREIRA, 2008), que define “vi·o·lên·ci·a 1. Qualidade de violento 2. Ato violento 3. Ato de violentar”. De outro lado, e de forma mais abrangente, no dicionário online Priberam<sup>16</sup>, o termo “vi·o·lên·ci·a” é definido como “substantivo feminino. 1. Estado daquilo que é violento. 2. .Ato violento. 3. .Ato de violentar. 4. Veemência. 5. Irascibilidade. 6. Abuso da força. 7. Tirania; opressão. 8. [Jurídico, Jurisprudência] Constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um. ato qualquer; .coação”.

O trabalho realizado por Carrara e Vianna (2001) a partir da análise de jornais, processos criminais (registros de ocorrência) e bibliografia, nos revela opiniões de policiais e jornalistas ao analisar a violência letal sob a forma de latrocínios e crimes passionais. Entretanto, nos confere uma noção mais ampla de violência, pressupondo-a como “uma categoria que comporta diferentes significados e que ações ou atitudes consideradas violentas

---

<sup>16</sup> <http://www.priberam.pt/dlpo/viol%C3%Aancia>

por uns podem não ser assim consideradas por outros”. Como também nos aponta Martínez (2013) sobre o debate de Simião (2005), que pensa os "movimentos que vinculam ideologias internacionais sobre a igualdade que circulam no plano internacional" e entende que a categoria violência, portanto, estaria condicionada ao que lhe é atribuído pelos diferentes atores sociais que darão o significado de violência aos diferentes tipos de agressões, de acordo com sua particularidades.

Em sua análise sobre os processos criminais, Carrara e Vianna (2001) narram e avaliam os casos dando ênfase maior na relação interpessoal entre os atores sociais até o momento da efetivação dos crimes, revelando assim certas concepções de jornalistas e policiais ao lidarem com casos relativos a pessoas homossexuais, como a forma que “policiais e agentes da justiça procuravam determinar quem era “ativo” ou “passivo” nas relações sexuais que contextualizam os crimes em questão”, pois, a partir da confirmação desse elemento “os agentes da polícia e da justiça supõem os outros [elementos], desviando-se de linhas alternativas de investigação”, revelando também uma certa propensão de defensores e advogados dos acusados em culpabilizar a vítima em função de seu comportamento sexual. Uma prática investigatória calcada na concepção do "caráter 'desacreditado' do 'passivo'" (MISSE, 2007, p54).

Apesar de não abordarem a homofobia como elemento central dos processos analisados, os autores chamam atenção para a presença de “requisitos de crueldade” em certos casos, que “apontam diretamente para o fato de não ser raro crimes de lucro e de ódio associarem-se, sendo difícil não perceber a homofobia manifesta dos criminosos”, percebendo a violência como componente da homofobia, mas não como elemento exclusivo ao chamar a atenção para a necessidade de pesquisas que investiguem os componentes da homofobia presentes nos mais diversos aspectos das relações sociais e dos discursos de intolerância.

No âmbito da legitimação e da anuência do uso do poder e da força dentro de uma relação, Misse (2006), ainda na introdução de sua coletânea de artigos que aborda temas como crime, violência, pobreza, criminalização, drogas e problemas sociais, elucida que a violência “passa a significar o emprego da força ou da dominação sem qualquer legitimidade”, tornando-se necessário identificar quem usa a força, e como se faz esse uso, para compreendermos o que cada pessoa pode vir a entender como violência, e portanto, compreender a dinâmica e as sensações vinculadas aos atos que cada indivíduo irá denominar como “violência”.

Ademais, em seu livro específico sobre travestis, onde aborda as mais diversas questões do dia a dia das mesmas, Don Kulick (2013) dedica algumas páginas para falar sobre a relação entre “travestis e violência”, primeiramente, tornando público seu conhecimento da sociedade brasileira como uma sociedade violenta, através de um longo parágrafo onde discorre sobre as diversas formas de violência que teve notícia através de textos acadêmicos e de jornais e revistas que noticiavam o assunto. E em seguida dando maior ênfase às violências praticadas contra as pessoas travestis, revelando-nos que “é difícil saber se a morte de uma travesti foi causada por Aids, por outro é muito fácil saber quando a morte decorre de violência”.

Don Kulick (2013) nos dá diversas ideias sobre o que seria a violência para o mesmo, através de seus relatos genéricos sobre crianças de ruas assassinadas, balas perdidas, assalto a banco, linchamentos, bem como ações mais específicas contra as travestis, como pessoas que passam de carro e lançam pedras e garrafas, disparo com armas de fogo, torturas, espancamentos, estupros, corredores polonês, revelando que as travestis “sabem que, a qualquer momento, podem tornar-se alvo de agressão verbal e/ou violência física”, e que esses atos mais sórdidos seriam praticados por policiais militares.

Entretanto, quando o tema é violência, as travestis seriam retratadas pelas reportagens, em sua grande maioria, como agentes criminosos:

Essas reportagens pintam sempre uma mesma imagem das travestis como pessoas pervertidas, armadas, viciadas em drogas, marginais que transmitem Aids e atraem homens inocentes, colocando-os em situações perigosas para então assaltá-los, enfim, como pessoas que perturbam a ordem pública, espalhando o caos. (KULICK, 2013, p.51)

Don Kulick (op. cit.) também chama a atenção para o que Carrara e Vianna (op. cit.) notaram como a culpabilização das travestis, quando as mesmas são vítimas de crimes letais, expondo um caso em que um policial teve a pena reduzida em função da vítima ser prostituta, onde concluiu que “travestis que trabalham como prostitutas nas ruas estão pedindo para serem vítimas; portanto, que ninguém espere do tribunal a punição rigorosa de um homem apenas por ter baleado o rosto de uma delas” (KULICK, 2013, p.48).

Em trabalho similar ao de Kulick, Hélio Silva (2007) aborda “o travesti” que se prostitui na Lapa do Rio de Janeiro, que a despeito das similaridades “das travestis” de Kulick, é tratado em outro tom. Hélio Silva (2007) ressalta os riscos e tensões em torno de suas vivências sexuais, narrando acontecimentos cotidianos que irrompem em situações de violência, como um episódio no qual um homem se dá conta de que aquela mulher que ele deseja é na verdade “um travesti”, ou quando “o travesti” traído por seu namorado, com o dinheiro ganho na “batalha”, encontra a amante “e parte para a agressão física”.

Hélio Silva (2007) reconhece os esforços em direção à feminilidade “do travesti”, como o uso de “artimanhas femininas”, como fazer cara de triste para que o amante não vá embora, mas seu olhar de também é capaz de enxergar “atléticos rapazes indomáveis e perigosos”, que se transformam de mulher para homem durante uma discussão com motoristas de taxi, atribuindo a saída do gueto “dos travestis” à possibilidade que possuem de “sacar o homem que guardava sob as vestes”.

Trata quase sempre as pessoas travestis no masculino, referindo-se às mesmas como “os travestis”, eventualmente nominando-as “rapazes”, e caracterizando suas práticas como “inversões”, percebendo um “caráter flutuante da identidade do travesti”, e fazendo, ele mesmo, tais flutuações de gênero entre masculino e feminino em suas frases, como ao dizer que “outros candidatos eram mais bonitas”.

Hélio Silva (2007) percebe “o transexual” como alguém que se rende à dicotomia masculino-feminino e que se rende a uma vida em busca do “equilíbrio das imediações” através de uma “base estável de permanência e segurança” enquanto que de outro lado, “o travesti” seria aquele que busca o equilíbrio através da vivência dos pólos extremos, não se contentando a uma vida de equilíbrio pelo ponto central mas através da “exploração simultânea de suas extremidades”.

O trabalho não tem como centralidade a violência, e talvez por isso mesmo traga em seus relatos o trato dado às pessoas travestis através do termo “o travesti”, o que poderia, por si só, ser visto por certos segmentos de pessoas travestis como uma forma de violência, ou mesmo a categoria que será apresentada a seguir, *insulto moral*, contra a identidade da pessoa que se percebe como “a travesti”. “O travesti”, se configuraria, portanto, como um símbolo que estigmatiza, de acordo com Misse:

1. que um símbolo de estigma pode-se manifestar ao nível do discurso; 2. que um símbolo de estigma não precisa ser necessariamente evidente, nem seu emprego no discurso ser de uso consciente, para que possa existir como tal; 3. que este símbolo de estigma representa uma relação de estigmatização que não existe nas relações interpessoais, a não ser enquanto estas relações exprimem o discurso no qual aparece o símbolo do estigma. (MISSE, 2007, p18-19).

No campo teórico do debate sobre as formas de violência, o trabalho de Cardoso de Oliveira (2008) apresenta dois aspectos sobre a noção de violência, o primeiro, e para isso o mesmo dá nome e sobrenome àquela que possui a “materialidade incontestável”, que é a “violência física”. Que de acordo com o autor é sempre associada ao “uso ilegítimo da força”

quando se debate a temática como um problema social, dificultando o aprofundamento e conseqüentemente a compreensão do segundo aspecto. Esse segundo aspecto, que é o aspecto central tratado pelo autor em seu texto, diz respeito à ação “essencialmente simbólica e imaterial” qual seja, a “agressão moral”, também chamada de “violência moral”.

Com o avanço de suas pesquisas, esse segundo aspecto, simbólico e imaterial, sobre a noção de violência foi ressignificado através da noção de *insulto moral*, termo ao qual atribuiu as seguintes características: “(1) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, (2) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro”.

Essas características podem ser percebidas também nas relações de desvalorização atribuída à feminilidade, que além de diferenciar os papéis sociais entre masculino e feminino, “justifica” a submissão do feminino pelo masculino, ao atribuir elementos passivos de personalidade a essa feminilidade como nos demonstra Misse (2007).

Essa categoria mais ampla, capaz de comportar o que comumente se chama, também, de “violência psicológica”, “agressão psicológica”, “violência do olhar”, entre tantos outros termos, até mesmo os xingamentos e ofensas verbais, que remetem a algum ato sem evidências materiais de negação do outro, será utilizada como forma de tentar compreender o que as pessoas travestis e transexuais nos informam como sendo a violência não física ao longo do trabalho aqui desenvolvido.

### Capítulo III. O conceito de "gênero" e como as pessoas travestis e transexuais são percebidas e tratadas

Apesar de não se deterem a uma definição da categoria violência, por não se tratar do objetivo central de seus trabalhos, Hélio Silva (2007) e Don Kulick (2013) falam especificamente sobre a figura “travesti”, cada um a seu modo, nos permitindo uma ligação para abordar e debater a categoria gênero, tendo em vista que Silva (2007), ao longo de todo o seu trabalho se detém ao artigo masculino “o”, para falar sobre “o travesti”, enquanto que Kulick (2013) irá utilizar o artigo feminino “a”, para falar sobre “a travesti”. Ambos os autores coletam falas ambíguas em suas entrevistas, onde, às vezes, a pessoa travesti ou transexual refere-se a si mesma tanto no masculino, quanto no feminino. Os autores não mantêm um padrão de "gênero" ao se referirem a essas pessoas, suscitando haver aí uma escolha subjetiva calcada em valores próprios de cada pesquisador ao optar por se referirem a essas pessoas tanto no masculino quanto no feminino.

Voltando aos dicionários como fonte primeira do entendimento de palavras, Ferreira (2008) assim define “gê.ne.ro sm. 1. Agrupamento de indivíduos, objetos, etc. que tenham características comuns. 2. Classe, ordem, qualidade. 3. Modo, estilo. 4. *Antropo*. A forma como se manifesta, social e culturalmente, a identidade sexual dos indivíduos. 5. *Biol*. Reunião de espécies [v. *espécie* (4)]. 6. *Gram*. Categoria que classifica os nomes em masculino, feminino e neutro. ♦ **Gênero humano**. A espécie humana; a humanidade. **Comum de dois gêneros**. *Gram*. V. *comum-de-dois*.”.

O dicionário Priberam é ainda mais abrangente, atribuindo tantos outros significados à mesma categoria, “gê·ne·ro (latim *genus*, -eris) substantivo masculino 1. Agrupamento de seres ou objectos que têm entre si características comuns. 2. [Biologia] Grupo, inferior à família, que inclui espécies que entre si têm certas analogias. 3. Classe, modelo. 4. Juízo ou critério pessoal para escolha de algo. = GOSTO, PREFERÊNCIA 5. Feitio, modo, maneira. 6.

Modo característico de exprimir ou de fazer algo. = ESTILO 7. Qualidade. 8. Força. 9. Calibre. 10. [Gramática] Propriedade de algumas classes de palavras, notadamente substantivos e adjetivos, que apresentam contrastes de masculino, feminino e por vezes neutro, que podem corresponder a distinções baseadas nas diferenças de sexo. 11. Conjunto de propriedades atribuídas social e culturalmente em relação ao sexo dos indivíduos. 12. Cada um dos produtos ou artigos de um conjunto de víveres ou provisões. (Mais usado no plural.) 13. Cada um dos artigos de um conjunto de mercadorias ou de fazenda. (Mais usado no plural.)”.

Para nos guiar através dessas múltiplas interpretações de significados, se faz necessário, portanto, buscar nas produções acadêmicas como essa categoria vem sendo observada, estudada e compreendida.

O trabalho de Pierucci (1999), buscando a diferença que produz diferença, e a diferença que provoca a emergência de novas diferenças, analisa o que denomina as “ondas” do movimento feminista britânico e americano. Iniciada no final do século XIX, a “primeira onda” trouxe para o debate a noção de androginia, que buscava a igualdade entre homens e mulheres.

A “segunda onda”, em finais dos anos de 1960 e início de 1970, que surge a partir do reconhecimento da “diferença sexual” entre homens e mulheres, gestou a “diferença de gênero” ao distanciar sexo e gênero através de um “importante e frutífero esforço de fundamentação teórica” das intelectuais feministas, como Simone de Beauvoir e sua célebre afirmação de que “Ninguém nasce mulher: torna-se”. Nesse momento histórico o sexo é entendido como “o substrato biológico sobre o qual são construídas as práticas sócio-culturais de “gênero”” (PIERUCCI, 1999). Para Joan Scott (apud PIERUCCI, 1999), a concepção de gênero trata-se de “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”.

A diferença prossegue, e em sua “terceira onda”, a partir da década de 1980, o movimento feminista percebe, dentro da recém-estabelecida “irmandade”, novos dados diferenciais, que implicaram um novo momento, ao perceber diferenças entre as mulheres, como as mulheres lésbicas, as de outras origens étnicas e culturais, e principalmente as mulheres negras. Elementos que diferenciaram a mulher universal anterior, tornando problemático o uso do termo gênero.

Pierucci (op. cit.) resume a trajetória, “de um modelo *uni-racial*, ao enfoque *bi-racial* e, deste, ao *multicultural*”, o qual abarcará as múltiplas faces de sexualidades, religiões, idades, correntes ideológicas e diferenças políticas, entre tantas outras.

Em uma análise realizada por Cecília Santos e Wânia Izumino (2005), feita sobre trabalhos que abordavam a violência contra as mulheres e o conceito de violência de gênero no Brasil, as autoras afirmam que à categoria “violência de gênero” deve-se incorporar “todos os aspectos do conceito de gênero de Joan Scott, sobretudo sua referência a gênero como um campo em que o poder é articulado”, e que sobre a “violência contra as mulheres”, defendem o entendimento de que se trata também de “uma relação de poder [...] exercido tanto por homens como por mulheres, ainda que de forma desigual”. Nessa mesma análise expõem a definição de gênero dada por Scott:

Minha definição de gênero tem duas partes e vários itens. Eles estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente distintos. O coração da definição reside numa ligação integral entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos (...) Entretanto, minha teorização de gênero está na segunda parte: gênero como uma forma primária de significação das relações de poder. Talvez fosse melhor dizer que gênero é um campo primário no qual ou através do qual o poder é articulado. Joan Scott (apud Santos e Izumino, 2005.p.11)

No atual debate sobre gênero, um dos nomes mais utilizados em artigos acadêmicos é o de Judith Butler, que tem causado alvoroço no meio acadêmico e político, com seu debate

sobre a temática, desnaturalizando, através da análise sociológica, tanto preceitos comportamentais e de performance, quanto às próprias conceituações biológicas.

Butler (2015) em entrevista ao jornal francês “Le Nouvel Observateur” apresenta diferentes facetas referentes ao tema, que se desenrola através de todos os aspectos sociais possíveis de se viver, observando a articulação de poder através de conceito de gênero, como proposto por Scott, mas indo além. Questiona a própria naturalização de uma ideia na sociedade a respeito do sexo biológico, que se acredita ser uma realidade. Entretanto, a autora afirma que a definição de sexo biológico “sempre foi objeto de controvérsias entre os cientistas”, ampliando um debate que tenta restringir o sexo entre dois grupos, masculino e feminino.

Sobre o gênero, propriamente dito, entende que exista um profundo conjunto de “normas heterossexuais” que através de diversos canais nos são impostas e que balizam nossas escolhas de vida através de bloqueios sutis que “nos dizem o que devemos fazer para ser um homem ou uma mulher”, contrapondo perspectivas pessoais individuais que hoje encontram maior espaço para negociar com essas normas:

Alguns de nós as adoram e as incarnam apaixonadamente. Outros as rejeitam. Alguns detestam mas se conformam. Outros brincam da ambivalência... Eu me interesso pela distância entre essas normas e as diferentes formas de responder a ela. (Butler, 2015)<sup>17</sup>

No trabalho aqui desenvolvido, portanto, gênero está sendo entendido como uma categoria que classifica pessoas em relações hierárquicas de poder, porém, não através de qualquer olhar inescrupuloso, mas, considerando a visão individual que as pessoas possuem do próprio gênero, como se autodeclaram, com o intuito de entender o que conforma os gêneros “travesti” e “transexual”, e assim localizá-los dentro das dinâmicas hierárquicas de poder nos momentos em que essas pessoas se entendem alvo de insulto ou violência física,

---

<sup>17</sup> Em <https://paulojorgevieira.wordpress.com/2015/01/11/entrevista-a-judith-butler-em-portugues/>, acessado em setembro de 2015.

pois não há uma predefinição desses termos que consiga transmitir a compreensão pretendida pelas pessoas que se identificam através desses termos.

O uso dos artigos "a" e "o", em nossa sociedade, foi naturalizado e convencionado ao que comumente se compreende como mulher e homem, e que, foram assim denominados pelo que a biologia explica como "sexo" com base no órgão genital de cada indivíduo. Essa compreensão vem sendo desconstruída através dos debates acadêmicos e militantes contemporâneos, e sendo entendida como "sexo biológico", portanto, uma referência às características biológicas do corpo de uma pessoa, que pode ser masculino, feminino ou intersexo, e não mais um generalizante binário que coloca pessoas em locais extremos e opostos como feminino e masculino, ou mulher e homem.

Diante desse debate, e dentro dos interesses desse trabalho, faz-se necessário localizar e compreender o uso dos termos "travesti" e "transexual". Hoje, dentro dos debates e palestras, as pessoas que se identificam como travesti ou como homem ou mulher transexual, trazem esses termos como componentes de seu gênero, ou como afirmam, de sua "identidade de gênero", que compreende a identificação da pessoa como mulher, homem, neutro, não-binária, travesti, transexual, "ou uma combinação entre masculino e feminino". No caso específico dessa pesquisa e sendo mais didático, façamos uso de uma explicação dada por uma mulher transexual:

"travestis, transexuais, transgêneros são identidades de gênero, bem como outras identidades. É a condição de como o sujeito se identifica, se percebe no mundo e NÃO está atrelado a orientação sexual, como se fosse uma variação da homossexualidade." (Giwana Cambrone Araujo, em seu perfil do Facebook) <sup>18</sup>.

Identificar uma pessoa como transexual, portanto, não é o mesmo que identificá-la como homossexual, pois a identidade de gênero não condiciona a orientação afetiva e sexual.

---

<sup>18</sup> Acessado em janeiro de 2016.

Um mulher transexual, por exemplo, pode ser heterossexual no caso de sentir atração sexual por homens, assim como um homem transexual pode ser bissexual, no caso de sentir atração sexual por homens e mulheres.

A despeito das formas que os artigos “a” e “o” foram usados nos trabalhos citados anteriormente, para se referir tanto às pessoas transexuais quanto travestis, optamos aqui pelo uso que foi observado como de maior aceitação nos casos das identidades de gênero das pessoas que se identificam como travestis e transexuais. O tratamento no feminino para as pessoas travestis, e as variações adequadas no caso das pessoas transexuais, que podem ser homem ou mulher, e que, portanto, correspondem ortograficamente ao gênero autodeclarado, seja "a" mulher transexual ou "o" homem transexual.

## Capítulo IV. O insulto moral, a falta de representatividade e a violência física

Ao buscar informações nos grupos da rede social virtual “Facebook”, encontramos uma profusão de informações, como a divulgação de *slides*, comunidades e *blogs*; vídeos sobre combate à homofobia, vídeos sobre identidade de gênero; eventos festivos, políticos e acadêmicos; oferta de emprego, editais de vagas; artigos; pesquisa sobre saúde trans; oficinas; exibição de filmes; propaganda sobre a venda de *binders* [*breast*], roupa de moletom e serviço de consultoria contratual; diversas notícias de jornais sobre avanços e retrocessos no âmbito do reconhecimento de identidades de gênero, ou seja, um mar sem fim de informações através das quais por muitas vezes navegamos perdidos e nos perguntando, onde encaixar tanta informação? Aliás, antes disso, como ler e assimilar tanta informação? Mas o foco do trabalho são os relatos e opiniões sobre como cada pessoa, travesti e transexual, percebe a violência, portanto, dada essa miríade de informações, optamos por considerar o que pensam algumas pessoas travesti e transexuais com quem tivemos diversas conversas informais, os relatos pessoais, e as notícias com informações sobre violência.

Em uma dessas postagens, uma longa convocação para a ocupação da sala de aula de uma professora de universidade pública que “se negou a usar o nome social de uma aluna transexual em suas aulas”. A professora é apontada como tendo desrespeitado a orientação sexual de uma aluna que tem uma *performance* feminina, e isso tem feito com que pessoas transexuais que conhecem o histórico desta professora se sintam obrigadas a trancar a disciplina “para não passar pela tortura semanal de serem chamados por um nome que não é o seu”.

Esse mesmo fenômeno sobre o “nome social” torna-se notório em função da constância que aparece, mas não somente nas postagens da rede social virtual, como também em notícias de jornais, trazendo ao público essa questão tão delicada e tocando no âmbito da

identidade individual, mobilizando instituições a se organizarem quanto à questão, a exemplo de universidades e do Sistema Único de Saúde (SUS), que adotou o “nome social” nos cartões das usuárias da saúde travestis e transexuais, porém não sem ressalvas. Apesar de oficialmente adotar o termo “nome social”, no cartão, o termo que consta é “apelido”, situação que não rompe com a sensação de violência, como nos elucidou Emílio em conversa informal, sobre a relação com sua avó, usada aqui como ilustração da situação:

Ela não aceita, mas ela respeita que eu seja assim, mas é complicado porque ela não me chama por Emílio, e ela não me chama no masculino e... aí volta na violência assim, tem pequenas violências que ocorrem, por mais que ela tenha um carinho enorme por mim e que ela não me desrespeite diretamente, toda vez que ela não me chama como Emílio e que ela não me chama no masculino... acaba sendo um desrespeito a minha identidade... e acaba sendo uma violência, eu me sinto violentado toda vez que ela faz isso. (Emílio, em conversa informal realizada em maio de 2014).

Em 2013, por exemplo, foram noticiados casos de constrangimentos de pessoas travestis e transexuais durante a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), casos em que pessoas deixaram de fazer a prova em função do constrangimento da exposição do nome de registro nos documentos oficiais, e também casos em que as pessoas levaram muito tempo para iniciar a prova, trazendo à tona a dificuldade de mudança do nome de registro para o “nome social”, como relatado pela estudante Ana:

Me barraram também. Tomaram todos os meus materiais e me mandaram para uma sala. Falando com a coordenadora eu tive que explicar toda a minha situação, dizer que eu era transexual. A mulher ficou questionando porque eu não tinha mudado os documentos. Como eu vou mudar se só tenho 17 anos? O governo não permite! Todo mundo na minha sala ficou me olhando. (O Dia, em 28/10/2013)  
19

A violência dada pela ofensa, pela palavra, pelo gesto, pelo xingamento, a violência pela negação do reconhecimento da identidade, ou seja, uma violência por vezes chamada de

---

<sup>19</sup> Em <http://blogs.odia.ig.com.br/lgbt/2013/10/28/transexuais-reclamam-de-constrangimento-em-aplicacao-de-provas-do-enem/>

“violência psicológica” ou de “violência verbal”, aqui tratada como *insulto moral* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2007), é essa, cuja intenção prévia é a de agredir e ao mesmo tempo de negar o reconhecimento à identidade da pessoa alvo do insulto, diminuindo-a de modo doloroso para ela, porém de uma maneira que não é visível através de hematomas e escoriações, como no caso relatado por Emílio, sobre o momento em que revela sua identidade de gênero como sendo a de um homem transexual para sua mãe:

Quando eu contei pra ela... eu me emocionei, e eu chorei e ela debochou de mim... ela, além de debochar de mim, de não acreditar que aquilo era verdade, ela falou que "como que eu podia querer ser um menino e tá chorando?". (Emílio, em conversa informal realizada em maio de 2014).

No judiciário, entretanto, a agenda LGBT parece ser melhor recebida como nos mostram as medidas tomadas em reconhecimento a legalização da união estável entre pessoas do mesmo sexo, decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 132/2011), como relatam Mello e Santos (2012) em artigo; a ação da OAB de pedir a cassação de Marco Feliciano (PSC-SP) e Jair Bolsonaro (PP-RJ) por campanha de ódio; e também através do reconhecimento por escrito do “nome social”, como foi o caso relatado em conversa informal com Suzy.

O “nome social” de Suzy ainda não consta em sua carteirinha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pois a mesma é confeccionada em Brasília, e a sentença reconhecendo seu nome não foi ainda autorizada. Entretanto, ela teve o reconhecimento de seu "nome social" por escrito em seu diploma da OAB, conforme explica:

No dia que a gente ganha a carteirinha a gente ganha uma carteira, que é tipo um passaporte, ganha uma outra pequenininha, que é a nossa identidade que é um cartãozinho... e um diploma. Nesse diploma ele escreveu meu nome [...] Porque é uma coisa que a OAB pedia. (Suzy, em conversa informal realizada em dezembro de 2014)

Mas se no judiciário os direitos parecem avançar, o mesmo não se dá no legislativo, onde o Projeto de Lei PL 5002/2013, reconhecido como Lei João W. Neri, de autoria de Jean

Wyllys (PSOL/RJ), Erika Kokay do (PT/DF), que se dispõe ao reconhecimento da identidade de gênero, e que em seu artigo 3º permite a “retificação registral de sexo e a mudança do prenome e da imagem registradas na documentação pessoal”, continua tendo a sua votação adiada pelos setores que não desejam o avanço dessa questão.

Esse cenário de múltiplos avanços, estagnações e retrocessos, faz as pessoas travestis e transexuais se questionarem quanto a sua representatividade no governo. Um participante de um dos grupos virtuais acompanhados pela pesquisa perguntou se alguém conheceria algum candidato “trans” pelo país nas eleições, para qualquer esfera do governo. Sem respostas.

As atenções e tentativas de diálogo são negociadas através dos movimentos sociais politizados, como a Parada do Orgulho LGBT e a Marcha das Vadias, que têm a capacidade trazer a público, as vozes e demandas, tanto do conjunto LGBT, quanto específicas de pessoas travestis e transexuais.

Para Daniela, em conversa informal, que frequenta “bastante” o evento, a Parada é um importante evento político onde as pessoas LGBT exaltam alguns sentimentos e qualidades, ali localizados, e o que não conseguem fazer durante todos os dias do ano, ali naquele momento é colocado para fora, pois se sentem mais à vontade para ser quem são e expressarem sua sexualidade.

Eu acho um avanço, acho que é importante ter e eu acho muito interessante a questão da carnavalização né, das pessoas aparecerem e se colocarem politicamente dentro de uma festa, que a ideia da parada é essa, é uma festa, é um carnaval que as pessoas vão lá ficam com quem querem e podem ser elas mesmas pelo menos uma vez por ano, o que já é uma crítica né, essa ideia da Parada devia de ser todo dia e esse, devia se reproduzir e isso não estão reproduzindo, infelizmente. (Daniela, em conversa informal realizada em março de 2014).

É possível notar algumas das características que Da Matta (1979) discorre sobre os rituais, entre eles o próprio Carnaval, durante a Parada do Orgulho LGBT como pertencente ao “domínio dos ritos e das formas paradigmáticas que inventam e sustentam personagens culturais”, e, portanto “é a esfera do que gostaríamos que estivesse colocado ao longo ou

mesmo fora do tempo”, um momento de suspensão da realidade. Ao serem elas mesmas por pelo menos um dia do ano, o que deveriam ser sempre, todos os dias, como alude o comportamento das pessoas e compara ao mesmo durante o Carnaval, consolida-se o desejo de explicitação da identidade lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual, e da permanência e continuidade dessas identidades, dando à Parada a mesma essência dos rituais que “servem, sobretudo, na sociedade complexa, para promover a identidade social e construir seu caráter”.

Entretanto, para Emílio, frequentador pouco assíduo da Parada, a mesma “é como o movimento né, predominantemente é um movimento gay e uma Parada Gay”, ou seja, uma festa e movimento compostos por “homens cis homossexuais, apenas”, reiterando, “realmente gay assim... que muitas vezes são bem misóginos e machistas e... transfóbicos e... lesbofóbicos”, caracterizando-a, portanto, como uma Parada que representa os interesses de um determinado seguimento do movimento, quais sejam, o dos homens cisgêneros homossexuais. Daniela contrabalança sua primeira afirmativa ao revelar a percepção de aspecto similar, de que “fica muito evidente na Parada também... é uma coisa pra se pensar... é a falta de visibilidade pra pessoas trans”, em consonância e complementaridade ao discurso de Emílio.

Apesar de ter menores proporções numéricas, a Marcha das Vadias também ocupa a orla da Praia de Copacabana, e a partilha desse espaço da cidade com a Parada do Orgulho LGBT, nos permite observar os contrastes existentes. A Marcha se caracteriza por ser uma festa politizadora, com organização pontual anual formada por um pequeno grupo de pessoas interessadas, que inicia a sua organização pouco tempo antes do evento, sem qualquer participação de atores governamentais ou de aparelhos do Estado, mas essencialmente por atores sociais não governamentais. Apesar da ausência de aporte governamental, ou de financiamento dos hotéis e estabelecimentos privados, também conta com o aparato de segurança e limpeza do governo, e exerce também um papel de mediação dos conflitos no

âmbito das questões LGBTs, ainda que não institucionalizado, pois informa, e pode viabilizar através de contatos pessoais, assessoria jurídica nos processos sociais de busca por direitos ou de violação dos mesmos.

A Parada, de outro modo, se configura como um evento político e social no qual ocorre uma festa, trata-se de um evento que dura quase um dia inteiro e traz atores governamentais e não governamentais, autodenominados e reconhecidos como de interesse público, com um discurso de exercício de cidadania, principalmente através da disponibilização de mecanismos da saúde, seja através de informações e artigos de prevenção, ou exames para testagem de diversas DSTs. Outro elemento visível da explícita participação governamental na execução do evento é a exibição dos símbolos da Prefeitura do Rio de Janeiro, do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), e do programa estadual Rio Sem Homofobia. Esses elementos nos revelam o interesse público e governamental na realização do evento, que diante de todo esse aporte pode também ser entendido como um dos instrumentos de administração institucional de conflitos no âmbito das questões LGBTs, pois efetiva em si os processos sociais de busca por direitos, naquele momento pontualmente, e posteriormente através da divulgação das informações.

Ambos os eventos ocorrem na Avenida Atlântica, no bairro de Copacabana, e é exatamente por ser realizada nesse lugar que a Parada do Orgulho LGBT atrai tantas pessoas, pois outros eventos com propostas similares também são realizados em diversos bairros da cidade, bem como em outras cidades do Rio de Janeiro, entretanto, nenhum deles conta com a mesma divulgação, e nem o mesmo público, demonstrando assim, uma distância e certa hierarquização não apenas entre os eventos, que recebem diferentes aportes do governo, mas também entre os bairros e cidades.

É perceptível que as Paradas realizadas no bairro de Madureira, no Complexo da Maré, ou na cidade de São João de Meriti, não contam com a mesma infraestrutura,

quantidade de público e nem com as mesmas pessoas que frequentam a de Copacabana. Nessa, o variado público vem dos mais diversos espaços, de bairros periféricos, do interior do estado, de outros estados e mesmo de outros países, pois apesar da ausência de financiamento dos hotéis e estabelecimentos privados da região, ainda assim trata-se de um espaço de atração turística conhecido mundialmente, e isso, parece contribuir para a divulgação do evento antes de acontecer, bem como sua cobertura pela imprensa enquanto ocorre e notícias e relatos posteriores, sendo assim um evento de maiores proporções pelo lugar que ocupa dentro da cidade.

Ao contrário das Paradas, a Marcha acontece apenas no bairro de Copacabana, e ainda assim agrega um número muito reduzido de pessoas quando comparada com a Parada, ou seja, as duas manifestações políticas são constituídas de formas diferentes, por atores sociais e instrumentos institucionais diferentes, mas carregam em si uma intenção prévia de conscientização da população como um todo sobre as necessidades e demandas específicas de respeito às pessoas LGBT's.

Nesse ponto, parece que a Marcha das Vadias traz um diferencial positivo com relação às pessoas travestis e transexuais porque consegue ouvir dessas pessoas e dizer para a população, os seus desejos, intenções e sonhos, de uma vida em respeito e igualdade às pessoas cisgênero, sem terem suas diferenças e particularidades ignoradas, mas ao contrário, entendendo que é apenas através do reconhecimento dessas diferenças e particularidades, que se sentirão efetivamente respeitadas como pessoas cidadãs, pois somente assim será exercida sua liberdade como valor ético em busca da "plena expansão dos indivíduos sociais" (CRESS, 2013).

A Marcha parece trazer um maior protagonismo das pessoas transexuais, sendo inclusive "liderada" por uma mulher transexual que é prostituta e comanda a festa com um megafone à boca e seios à mostra, desnudando os limites das representações e aceitações das

*performances* dos gêneros travesti e transexual, e traz visibilidade nesse local para as pessoas que, segundo relatam, se sentem pouco representadas nas Paradas do Orgulho LGBT.

Os relatos dessa diferença de participação nos movimentos nos faz pensar sobre as possibilidades e limites presentes em ambos. O que faz com que pessoas travestis e transexuais se sintam pouco representadas nas Paradas? A ausência de representatividade é um elemento que afasta essas pessoas, ou é exatamente a distância das mesmas que produz a não representatividade? Seria o debate transfeminista, o elemento que permite inserção e representatividade das pessoas travestis e transexuais na Marcha das Vadias? Para compreender melhor essas questões, seria necessário maior aprofundamento em todos os espaços desses movimentos, o que não foi o objetivo do presente trabalho, mas fica como sugestão de campo de observação e estudo.

De acordo com os discursos que pedem a criminalização da homofobia, sem representatividade política e sem força no legislativo para dar continuidade aos projetos de acesso à direitos pela população LGBT, a violência, através da homofobia, e mais especificamente no âmbito deste trabalho, da transfobia, parece se intensificar ao longo dos anos.

Em visita ao endereço virtual do Grupo Gay da Bahia (GGB), referência na coleta, análise e produção de dados estatísticos sobre o assassinato de LGBT's no Brasil, a partir de notícias de jornal, internet e informações enviadas por organizações não governamentais, foi possível encontrar relatórios com registros de assassinatos nos anos de 2004, 2005 e entre 2008 e 2012, não havendo divulgação de relatórios nos anos de 2006 e 2007.

O relatório de 2004 se constitui de uma lista numerada de informações sobre óbitos, que nos permitiu uma leitura mais atenta para a capacidade representativa desses dados, onde foi possível encontrar dois perfis que se repetiram, de uma mesma pessoa que foi contabilizada mais de uma vez, demonstrando limitações metodológicas durante o

levantamento das informações, e também sinalizadas dentro de um dos relatórios, caracterizado como "incompleto e lacunoso" pelo próprio grupo. O que não nos parece invalidar os resultados obtidos pela análise, mas nos faz compreender as dificuldades de geração de dados representativos sem a existência de uma política pública que fomente a geração de dados oficiais.

Esses dados, entretanto, apontam para um grande número de vítimas fatais da violência em nosso país, como pode ser observado na tabela:

Tabela 01: Relação de travestis assassinadas sobre o total de LGBT's

| Relação de travestis assassinadas sobre o total de LGBT's |              |      |      |      |      |      |      |
|---|--------------|------|------|------|------|------|------|
| Ano   | 2004         | 2005 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Total de assassinatos                                     | contados 156 | 81   | 187  | 198  | 260  | 266  | 338  |
| Total de travestis assassinadas                           | contados 29  | 24   | 59   | 72   | 110  | 98   | 128  |
| Percentual  | 18%          | 29%  | 37%  | 36%  | 42%  | 36%  | 37%  |

Fonte: relatórios do Grupo Gay da Bahia

Os relatórios de 2005 e os elaborados entre 2008 e 2012 trazem os números das vítimas da violência, divididos nas categorias “gay”, “travesti”, “lésbica” e “bissexual”, não trazendo mais a lista das pessoas contabilizadas e não incluindo pessoas transexuais. Detalham os dados com base em regiões geográficas do país, também idade, mês em que ocorreu, causa da morte, entre outras categorias, chamando muita atenção o extenso índice de profissões das pessoas assassinadas, como, professor, cabeleireiro, estudante, vendedor, comerciante, advogado, empresário, aposentado, administrador, trabalhador rural, garçom, agricultor, engenheiro agrônomo, funcionário do correio, pedreiro, engenheiro civil, profissional do sexo, fisioterapeuta, jardineiro, bioquímico, líder comunitário, estilista, soldado, turista, reciclador, costureiro, técnico de telefonia, cirurgião plástico, produtor de TV, cozinheiro, auxiliar de serviço, candidato a vereador, pai de santo, padre, gerente, gari, atendente de lanchonete, dentista, ex-vereador, entre outras. As pessoas travestis são mais

frequentemente localizadas nas profissões de cabeleireira, artista da noite, profissional do sexo, aposentada, militante/ativista, serviço geral, empresária, cozinheira, ex-presidiária, vendedora, funcionária pública, apresentadora de TV, mãe de santo, artista plástico, comerciante, dona de boate, *drag queen*, dona de bar, ou seja, profissões que qualquer pessoa cisgênero e heterossexual possa exercer.

Os dados em números expressam a dinâmica de avanços e retrocessos de uma realidade, onde, quanto mais pessoas travestis e transexuais gritam por liberdade e igualdade de direitos, mais denúncias de violência são registradas, e maior a sensação de repressão através das respostas negativas tanto do governo, quanto de setores da sociedade. Lembrando a dinâmica dos movimentos negros norte-americanos, a violência contra LGBT's chegou ao ponto de se estabelecer a conexão “gay is the new black”, em tradução livre “gay é o novo negro”, em referência à repressão sofrida por aquele movimento. E em 2013 o jornal O GLOBO demonstra essa contradição também nos Estados Unidos, em notícia que divulga a chamada “Enquanto causa homossexual avança nos EUA, NY [Nova Iorque] vê aumento de agressões a gays”.

Nos jornais do Brasil, os registros de notícias sobre a população LGBT são os mais variados e aparecem abrangendo os mais diversos espaços da cidade e as mais variadas situações. Notícias que relatam, por exemplo, a prisão de lésbicas durante culto de Marco Feliciano; um casal de avós que abandonou uma igreja homofóbica por amor ao neto gay; ou o delegado que “trocou de sexo”; o adolescente gay achado desfigurado após se perder em festa em São Paulo; ou o deputado que disse que “quilombolas, índios e homossexuais são tudo o que não presta”; a união de pais e mães na luta para criminalizar a homofobia depois de perderem os filhos; ou o professor que assumiu homossexualidade e foi apedrejado até a morte; e até mesmo a manifestação de Jair Bolsonaro, que afirmou que “ter filho gay é falta de porrada”.

Sobre as pessoas travestis e transexuais, as notícias são, em sua maioria, mais apelativas, ora com ênfase na violência que sofrem, ora na que causam, mas geralmente dando maior evidência à violência que tenta desconstruir esses corpos, como por exemplo, a notícia sobre uma gangue de travestis que furta, rouba e agride na Lapa; a situação de travestis “moradoras de rua” e o preconceito que sofrem mesmo nas ruas; casos considerados chocantes, como o de Verônica Bolina, que foi desfigurada durante a sua prisão; e o da modelo Viviany Beleboni, que foi esfaqueada em retaliação a sua encenação de crucificação na Parada do Orgulho Gay de São Paulo.

O caso de Verônica Bolina ganhou repercussão através da divulgação de suas fotos, pela Polícia Civil de São Paulo, expondo seu rosto desfigurado, sua cabeça raspada e os seios à mostra, gerando indignação nas organizações LGBT que criaram o movimento #SomostodasVerônica. Uma postagem da campanha ressaltou:

Verônica apareceu numa foto. Seus cabelos estavam raspados, seu rosto desfigurado, sua roupa arrancada, sua dignidade jogada fora. Disseram que Veronica roubou alguma coisa. Ou que ela foi presa porque mordeu um policial. O motivo não importa, as fotos que mostram Verônica neste estado mostra que ela não foi tratada como cidadã, como pessoa. Ela foi tratada como um objeto que não gostamos, amassamos, rasgamos e jogamos fora sem muita importância. Verônica é mulher trans. Veronica é negra. Veronica é chamada de traveco Tysson e todo mundo ri. (G1, em 16/04/2015)<sup>20</sup>

Viviany Beleboni encenou uma crucificação na 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, com o intuito de “representar a agressão e a dor que a comunidade LGBT tem passado”. O objetivo da encenação foi o de usar as marcas de Jesus, “que foi humilhado, agredido e morto. Justamente o que tem acontecido com muita gente no meio GLS”, disse ela.

O episódio, porém, não ocorreu sem retaliação. Viviany Beleboni foi reconhecida na rua e agredida, ficando com marcas pelo rosto e um corte no antebraço, afirmando em seu

---

<sup>20</sup> Em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/travesti-fica-desfigurada-apos-prisao-defensoria-diz-haver-indicio-de-tortura.html>

relato que “ele estava com uma faca, esses marginaizinhos, mendigo de rua, falou que eu não sou de Deus, que sou um demônio e o que eu fiz, teria que pagar”.

Outro caso que repercutiu em Botafogo, Rio de Janeiro, foi a resposta dada ao protesto sobre a liberdade de LGBT's ocuparem todos os espaços da cidade. Durante a madrugada, alguns manifestantes pararam em um bar, e ao fecharem a noite ao megafone com as palavras de ordem “chupo pau, chupo boceta, se eu for pro inferno chupo até o do capeta”, foram atacados com paus e facões por pessoas que se diziam funcionárias do bar, que tentavam se respaldar pela lei do silêncio para justificar a resposta violenta. Em um dos relatos coletados Indianara Alves Siqueira detalha:

Ele tentou me agredir para pegar o megafone. E não sei em qual momento explodiu quase uma batalha. Era gente com pedaço de pau, facão na mão, garrafa... Todos homens que se diziam seguranças do bar. Eu estava encurralada em um canto. Um verdadeiro terror. A sensação que eu tive é que não ia sair dali viva. (Radio Globo, em 02/04/2015) <sup>21</sup>

Em meio a essas notícias de violência contra pessoas travestis e transexuais, surge uma notícia sobre um grupo que acompanha “homens que gostam de ‘brincar’ de ser mulher” <sup>22</sup>, na tentativa de gerar maior segurança. A dinâmica da violência assim se desenrola, enquanto a população LGBT cria espaços virtuais sobre onde não ir pela cidade, como o "Onde não ir no Rio?" <sup>23</sup> que disponibiliza listas de "espaços que não respeitam a diversidade", e o governo, tardiamente, aprova em 2015 o projeto de Lei 2.054/13, que estabelece penalidades a estabelecimentos privados ou públicos que discriminem pessoas por sua orientação sexual.

Notícias que mostram a discriminação, o ódio e a falta de tato dos jornalistas, mas, ainda assim, notícias que mostram, e que falam sobre a população que busca reconhecimento,

---

<sup>21</sup> Em <http://radioglobo.globo.com/noticias-do-rio-de-janeiro/2015/04/02/AGREDIDA-EM-BAR-DURANTE-PROTESTO-CONTRA-HOMOFobia-DESABAFa-ACHEI-QUE-NAO-SAIRIA-VIVA.htm>

<sup>22</sup> <http://oglobo.globo.com/ela/gente/acompanhamos-grupos-de-homens-que-gostam-de-brincar-de-ser-mulher-16952147>

<sup>23</sup> <https://www.facebook.com/Onde-n%C3%A3o-ir-no-Rio-256965721141048/?fref=ts>

respeito e igualdade de direitos. O cenário nos faz questionar. A visibilidade cobra o preço através da violência, ou é a visibilidade que permite ver a violência que já vinha acontecendo?

Uma de nossas interlocutoras relata uma cena de violência física sofrida em casa, sobre o momento no qual chega usando um brinco. Segundo Suzy, estava vivendo ainda um momento de descobertas, ou seja, ainda com um fenótipo masculino, antes de iniciar sua “transformação”, e teve como marco para mudar a sua vida o seu primeiro emprego. Ao chegar em casa com o brinco na orelha, o pai insiste para que a mesma tire o brinco, iniciando uma discussão:

Aí eu cheguei em casa com esse brinco, meu pai "tira, tira, tira, tira, tira, tira, tira", aí eu falei que "não vou tirar", que não queria tirar, que queria usar, a minha mãe "não, tira porque seu pai pode ficar chateado", aí eu falei "não, não vou tirar", já estava mais velho, mais revoltada né. E aí meu pai teve um ataque de fúria assim, veio em cima de mim, puxou o brinco, arrancou minha orelha toda, arrancou tudo, me empurrando, aí eu naquele momento eu aproveitei, porque acho que já era o auge da confusão, aí falei logo que eu era gay e que eu ia ser trans. Chorava compulsivamente porque eu não sabia o que ele ia pensar depois daquilo ali, mas eu aproveitei e logo tudo e num momento só que ele, ele tocou no tema "isso quem usa é viado", alguma coisa do tipo, e aí eu aproveitei "então, mas eu sou viado". E aí, desabafei, foi terrível, foi um momento assim, meu pai ficou em pânico, minha mãe não sabia o que fazer, se lidar, como contornar aquela situação. (Suzy, em conversa informal realizada em dezembro de 2014).

No caso de Daniela, também em conversa informal, disse que morava sozinha em uma pensão, a violência sofrida nos abre para um mundo de reflexões e possibilidades interpretativas nos diversos campos de estudo, sejam eles sociais, antropológicos, psicológicos, entre outros, com relação à formação, reconhecimento e legitimação de identidade. Segundo Daniela, seu local de moradia fora invadido por policiais, que “arrebentaram” suas coisas e “roubaram” seu dinheiro, não tendo como pagar o aluguel. Dentro desse cenário, o inquilino do imóvel inicia uma briga com Daniela para expulsá-la, batendo na mesma com uma barra de ferro. Sua interpretação sobre este episódio lança uma luz sobre uma dimensão da percepção da violência:

Eu lembro que ele batia em mim e falava assim ‘sua vagabunda’, no feminino. Naquele momento que eu tava começando a querer me impor a minha identidade de gênero era como se fosse um prêmio, tipo me batia mas me premiava me dando a minha identidade de gênero né. (Daniela, em conversa informal realizada em março de 2014).

A narrativa na qual a ofensa tem o efeito, para a receptora, de reconhecer a identidade de gênero ao invés de não reconhecê-la, aponta um limite paradoxal ao que Roberto Cardoso de Oliveira (2002) nomeou *insulto moral*, já que o mesmo pressupõe a negação da identidade, e aqui, essa pessoa, que está sofrendo uma agressão física e está também sendo vítima de uma agressão moral, no entanto, percebe a produção de um efeito contrário ao esperado, tanto pelo agressor, quanto por ela mesma, vítima das agressões, que ao contrário, vê reconhecida a sua identidade de gênero feminina, pois constata que ser xingada de “vagabunda” é um fenômeno que poderia ocorrer apenas com uma mulher, e que, portanto, é assim que está sendo percebida, vista, enxergada. Se vive uma situação de violência, pois assim é interpretada pela vítima dessa ação (CARRARA e VIANNA, 2001; MARTÍNEZ-MORENO, 2013, SIMIÃO, 2005) mas o resultado da violência é o reconhecimento da identidade de gênero.

No referido limite paradoxal, a proposta de nossa análise não é o mero confronto de uma ideia contra a outra, no intuito de apontar o conceito como defasado. O que se propõe aqui é um diálogo sobre o referido conceito, entendendo que a violência pode, e ocupa, lugares tão diversos e tão amplos, nos mais variados contextos, de modo que, se para a maioria de nós ela seria algo completamente negativo, no entanto, em outras circunstâncias, pode ser a violência, mais especificamente, essa violência relatada vivenciada por Daniela, um culminante desdobramento das relações de gênero, onde o que *a priori* se faz entender como algo essencialmente cruel e danoso, pode ademais ser vislumbrado como a constituição, a efetivação e o reconhecimento de uma identidade muitas vezes negada e repelida de formas disfarçadamente atenuadas e dissimuladas por gestos condescendentes, na tentativa pífia de se mascarar nojo, preconceito e discriminação.

Talvez aqui, a relação hierárquica de poder e de gênero possa ser percebida de modo mais explícito, num cenário onde um homem cisgênero heterossexual agride uma mulher transexual homossexual. Nesse cenário doméstico, de uma relação de inquilinato, não há estreitamento de laços familiares, mas apenas de locação de um espaço privado, ou seja, uma relação entre estranhos que se reconhecem em papéis sociais de locador e locatária, até antes da agressão. No ato da agressão, a intenção do senhorio é infringir dano, negar, ferir, afastar, expulsar, e de fato fere, mas surpreendentemente esse ato não se encerra nele mesmo, em sua intencionalidade, pois para a vítima, essa violência de um gênero sobre outro traz, também, o reconhecimento de um gênero pelo outro.

Saber que uma professora universitária desrespeita a orientação de uma aluna com performance sexual feminina, saber que instituições, através de seus funcionários, se permitem negar o acesso de direito à educação e saúde, como já relatados, é saber da relação de hierarquização das relações sociais, também através do gênero.

Essa hierarquização está presente, por exemplo, na relação de Emílio com sua mãe, que se configura como em uma relação de poder, através da qual a figura da mãe, uma mulher cisgênero, tenta oprimir a identidade de seu filho, um homem transexual, através de um ato de “violência de gênero”, comparando o fato de o mesmo estar chorando como uma atitude que não se esperaria de um menino. Ou seja, trata-se de um cenário no qual uma mulher, e nesse caso específico uma mãe, utilizando-se das predefinições do que se esperar de uma pessoa masculina e de uma pessoa feminina, coloca-se em posição superior dentro dessa relação de poder, mãe e filho, mulher e homem, e nega a identidade masculina de um homem que chora, reproduzindo assim uma “violência de gênero” de uma mulher sobre um homem.

De outra forma, através da violência física, Suzy experimenta essa hierarquização das relações de gênero com seu pai. No momento em que a tentativa, de seu pai, de impor sua vontade de representação de masculinidade através da comunicação, de uma ordem direta

para seu filho é frustrada, o pai, um homem cisgênero, dá início a uma agressão física. Pois, tendo sua ordem desacatada nessa relação de poder em que um homem, cisgênero, mais velho, e, portanto hierarquicamente superior, assim como na relação de poder, pai e filho, homem de representação esperada e homem cuja representação não corresponde à esperada, tem-se um cenário de violência física cujo objetivo primeiro é negar a identidade desejada pelo filho, e desfazê-la, desmontá-la, através da “violência de gênero” na qual esse homem hierarquicamente superior tendo como pré-determinado o que é ser masculino agride outro homem com o intuito de normatizá-lo.

A questão “gênero”, no caso de Suzy especificamente, no entanto, pode ser difícil de identificar, ao passo que são dois homens envolvidos na agressão, e que vide o senso comum, seriam apenas dois homens brigando, ou uma surra de pai no filho desobediente, e nesse ponto a categoria *insulto moral* cumpre um papel crucial dando outra identidade a essas pessoas. Não se trata apenas de uma relação punitiva entre pai e filho, o que se tem a partir da explicitação verbal "isso quem usa é viado", feita não mais por um pai sobre o brinco na orelha do que agora não é mais um filho, é a relação entre um homem e uma outra coisa, distante, inesperada, que deve ser negada e agredida por esse homem, que representa nesse momento todo o conjunto de moralidades do que é ser macho, ou pelo menos do que é a negação do ser "viado".

## Considerações Finais

Apesar de comporem a sigla LGBT, que é associada a todas as questões homossexuais, as identidades de gênero "travesti" e "transexual", não pressupõem necessariamente a homossexualidade. Uma mulher transexual, por exemplo, não é necessariamente uma pessoa homossexual, pois esse termo, "homossexual", está atrelado a orientação afetiva e sexual, indicando o desejo por pessoas do mesmo sexo. A concepção de orientação afetiva e sexual, portanto, se refere à atração sexual sentida por pessoas: do sexo oposto, do mesmo sexo, ambos os sexos, entre outras, o que irá dizer se essa pessoa, do exemplo, se entende e se identifica como heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, etc.

No caso do tratamento dispensado às pessoas transexuais, o uso do artigo é facilitado pela associação ao masculino ou ao feminino, o que não é o caso das pessoas que se identificam como travestis. O que se percebeu ao longo da pesquisa e do levantamento de dados é a preferência dessas pessoas pelo tratamento no feminino, "a travesti", sendo o uso mais frequentemente aceito entre elas e por declararem preferir o mesmo, pois percebem a referência a elas no masculino, "o travesti", como uma forma pejorativa de tratamento, um insulto moral, seja quando usada por pessoas de outros gêneros, ou mesmo quando usadas pelas pessoas travestis com intuito de apontar a masculinidade remanescente.

A dinâmica que as violências perpetram, seja na forma de insulto moral ou de violência física, são componentes da construção social desses gêneros "travesti" e "transexual", pois a violência, em sua ubiquidade, é vivenciada por essas pessoas em casa, nas ruas, no ambiente de trabalho, nas escolas, e mesmo ao final de manifestações sobre direitos e liberdades de pessoas LGBT's, como citado anteriormente. No caso das pessoas travestis e transexuais, essas violências se expressam de forma a negar, objetivamente, a identidade de gênero desejada, entretanto, essas violências, são recebidas pelas vítimas e ressignificadas das

mais diversas formas, ora como uma expressão de rejeição, como nos casos de Suzy e de Emílio, ora como de aceitação como no caso de Daniela, variando em função dos papéis atribuídos a essas pessoas no momento da ofensa e da agressão, mas sempre se configurando como fenômeno social que forma a identidade de gênero, ou seja, um dos múltiplos elementos que constituirá essas identidades de gênero.

Essas violências cometidas representam os limites pessoais de aceitação e convívio com o diferente, com o novo, com a performance que foge ao padrão adotado, imposto e esperado. Revelam-se como limites sobre aceitar o outro, e também como limites de se aceitar e se ver no outro, quando do não reconhecimento de ser cabível uma transformação em outro corpo que deveria ser como o seu próprio, ou pelo menos como esperado, ou mesmo desejado. São percebidas também, em nossa análise, como rupturas e negações ao exercício da liberdade individual do próximo, portanto, tentativas de exercício de violações de direito, violações de exercício de cidadania, através de negações e impedimentos, que serão manifestados e recebidos, e mesmo percebidos, das mais diversas formas, variando de acordo com o contexto, a história pessoal e a visão de mundo de cada uma das pessoas envolvidas, proporcionando entendimentos compreendidos tanto como óbvios quanto como surpreendentes. A negação da identidade de gênero, assim, move um ciclo vicioso de "violência de gênero" e desrespeito contra as pessoas travestis e transexuais.

De modo algum, entretanto, essa observação se configura como apoio ao uso da violência na construção social de qualquer identidade de gênero. Trata-se de uma constatação, apenas. Elaborada através da observação atenta e treinada, por uma teoria antropológica que permite compreender as múltiplas formas e usos de elementos constitutivos das relações sociais. Cabe aqui, portanto, reforçar o papel do Serviço Social enquanto profissão que visa o "reconhecimento da liberdade como valor ético central", a "defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo", a "ampliação e consolidação da cidadania,

considerada tarefa primordial de toda sociedade com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras", o "posicionamento em favor da equidade e justiça social", e o "empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças", entre outros, conforme seus princípios éticos fundamentais (CRESS, 2013), recusando o uso arbitrário da violência através de qualquer justificativa moral.

A expressão “respeite para ser respeitado”, é resposta recorrente contra todas as manifestações de pessoas travestis e transexuais. Essa concepção, entretanto, traz uma ambiguidade limitante inerente à ação de que, em lados opostos, alguém teria que aceitar a humildade de se despir de seus valores que distanciam do outro, e passar a respeitar o outro, para somente assim, receber, como que por cortesia, favor, dádiva, o respeito que ofereceu, como a dádiva da reciprocidade de afetos percebida por Marcel Mauss (2003). Difícil imaginar essa postura em uma relação de poder desigual e hierarquizada, na qual aquele que é visto acima na hierarquia, é tido como o opressor e, portanto, alguém que não reconhece e assim não “concede” o respeito exigido daquele abaixo na hierarquia. Entretanto, quem está abaixo, quando humilde, é pisado, não recebe o respeito que concede, pois estando abaixo, o que concede não é entendido como um presente, mas como uma obrigação, e o respeito prestado é interpretado e manobrado como submissão, bem ao contrário do que Marcel Mauss (2003) percebe nas culturas que estudou. Como ultrapassar o dilema? Tememos o que não conhecemos, e por medo, afastamos, maltratamos, oprimimos. Faz-se necessário desvelar a dimensão humana dentro dessas relações hierárquicas, e repensar os limites e contradições existentes dos múltiplos atores que clamam por “respeito”.

## Referências bibliográficas:

ALVES, A. M.; Lins de Barros, Myriam Moraes. Interlocuções: Antropologia e Serviço Social. *O Social em Questão*, v. 19, p. 45-55, 2008.

BUTLER, Judith. Entrevista ao jornal francês *Le Nouvel Observateur*. 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. - Existe violência sem agressão moral? In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – Vol. 23 Nº 67, 2007.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. - Homossexualidade, Violência e Justiça - A Violência Letal contra Homossexuais no Município do RJ, 2001.

CORAZZA, Gentil. Um ensaio sobre Rilke: a arte faz a vida. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

DAMATTA, Roberto – Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

\_\_\_\_\_ – O ofício do etnólogo ou como ter Anthropological Blues, in: Nunes, Edson de Oliveira (Org.) – *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa social*, Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1978.

GOMES, Laura Graziela. *Fanslides* ou o "consumo da experiência" na mídia contemporânea. *Horiz. antropol.* [online]. 2007, vol.13, n.28 [cited 2015-09-02], pp. 313-344 . Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832007000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000200013&lng=en&nrm=iso). ISSN 1806-9983. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832007000200013>.

KANT DE LIMA, Roberto. Os Cruéis Modelos Jurídicos de Controle Social. *Revista Insight Inteligência*, São Paulo, p. 131 - 147, 01 abr. 2004.

KULICK, DON - *Travesti - prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*; (tradução, Cesar Gordon). – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LINS DE BARROS, Myriam M. “Até onde vai o olhar antropológico?” In: *Ilha. Revista de Antropologia*. Florianópolis, vol. 6, no. 1 e 2, junho, 2004.

MARTÍNEZ-MORENO, Marco Julián. Da 'cultura de la violencia' à 'democracia familiar' - masculinidade, cultura e conformação da alteridade em uma política pública de Bogotá, Colômbia. 2013.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELLO, Kátia Sento Sé. Sofrimento e ressentimento: dimensões da descentralização de políticas públicas de segurança no município de Niterói. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2010, v. 53 nº 2.

\_\_\_\_\_. Cidade e Conflito: Guardas Municipais e Camelôs. Niterói. Editora Eduff. 2011.

MELLO, Kátia Sento Sé e BAPTISTA, Bárbara Luppetti – Mediação e conciliação no Judiciário: Dilemas e significados, in: Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 4, nº1, jan/fev/mar, pp. 97-122, Rio de Janeiro, 2011.

MELLO, Kátia Sento Sé e SANTOS, Ana Carolina Lima dos – União homoafetiva: liberdade de orientação sexual ou normalização estatal da homossexualidade? Revista Vermelha. Volume 22 nº1 – Julho/Dezembro, 2012.

MISSE, Michel - Cinco Teses Equivocadas sobre a Criminalidade Urbana no Brasil. Exposição apresentada à Mesa-Redonda: “Violência no Público e no Privado”, no Seminário “Violência ou Participação Social no Rio de Janeiro”, realizado em 17-4-1995 no IUPERJ, Rio de Janeiro, sob a coordenação da Profa. Neumar Aguiar. Publicado primeiramente em “Violência e Participação Política no Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro, IUPERJ, Série Estudos, n. 91, agosto de 1995, 23:39.

\_\_\_\_\_ - Crime e violência no Brasil Contemporâneo - Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_ - O Estigma do Passivo Sexual - um símbolo de estigma no discurso cotidiano. 3. ed. aumentada. - Rio de Janeiro: Booklink : NECVU / IFICS / UFRJ : LeMetro / IFICS / UFRJ, 2007.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 1999.

Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (org.). - Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

SANTOS, Ana Carolina Lima dos - Entre o direito e preconceito - a adoção por casais homossexuais e os novos sentidos de família p.40, 2014.

SANTOS, Cecília MacDowell e IZUMINO, Wânia Pasinato – Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Este artigo será publicado na revista E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, da Universidade de Tel Aviv, em 2005.

SILVA, HÉLIO R. S. Travestis: entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SIMIÃO, Daniel. As donas da palavra. Gênero, Justiça e a Invenção da Violência Doméstica em Timor Leste, Brasília, pp. 155, tese de antropologia, Universidade de Brasília, 2005.

VELHO, Gilberto – Observando o Familiar, in Nunes, Edson de Oliveira (Org.) – A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa social, Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1978.